



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, novembro/2002

**MINISTRO DA FAZENDA**  
Pedro Sampaio Malan

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**  
Everardo de Almeida Maciel

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**  
Eduardo Refinetti Guardia

**CHEFE DE GABINETE**  
Paulo Márcio Neves Rodrigues

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**  
Almério Cançado de Amorim  
Renato Villela  
Rubens Sardenberg  
Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**  
Alex Pereira Benício  
Daniel Silva Balaban  
Fabiana Magalhães Rodopoulos  
José Cordeiro Neto  
Lindemberg de Lima Bezerra  
Paula Bicudo Magalhães

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**  
(61) 412-3970/3971

**Informações:**  
Tel: (61) 412-2203  
Fax: (61) 412-1700

**Correio Eletrônico:** stncesef@fazenda.gov.br  
**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 8, n. 11, nov. 2002. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em novembro, o governo central registrou superávit primário de R\$ 903,1 milhões. O Tesouro Nacional contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 3,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 2,0 bilhões e R\$ 119,3 milhões, respectivamente. Com esses resultados, o superávit do governo central acumulado no ano atingiu R\$ 34,7 bilhões, valor equivalente a 2,92% do PIB estimado para o período.

*O superávit primário do governo central em 2002 soma R\$ 34,7 bilhões até novembro, o equivalente a 2,92% do PIB estimado para o período.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)  
BRASIL, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Out 2002	Nov 2002	Jan-Nov 2001	Jan-Nov 2002
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>29.967,2</b>	<b>26.978,0</b>	<b>243.073,5</b>	<b>287.939,5</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>23.875,9</b>	<b>21.146,5</b>	<b>189.177,5</b>	<b>226.985,2</b>
I.1.1 Receita Bruta	24.829,3	22.065,1	195.172,7	234.580,1
I.1.2. (-) Restituições	-953,5	-768,6	-5.776,1	-7.345,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-150,0	-219,0	-249,3
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>6.091,4</b>	<b>5.831,6</b>	<b>53.895,9</b>	<b>60.954,3</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>5.273,2</b>	<b>5.406,5</b>	<b>41.805,2</b>	<b>51.397,5</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>24.694,1</b>	<b>21.571,5</b>	<b>201.268,3</b>	<b>236.542,0</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>20.873,5</b>	<b>20.549,1</b>	<b>174.076,6</b>	<b>201.182,4</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.684,4</b>	<b>6.442,2</b>	<b>56.432,8</b>	<b>64.546,2</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.230,0</b>	<b>7.864,5</b>	<b>64.044,3</b>	<b>74.955,8</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>7.959,1</b>	<b>6.242,4</b>	<b>53.599,5</b>	<b>61.680,4</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	930,3	616,1	6.044,0	7.194,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	1.472,7	0,1	3.933,2	2.137,1
IV.3.3. Outras Despesas	5.556,1	5.626,2	43.622,3	52.348,3
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>3.820,6</b>	<b>1.022,4</b>	<b>27.191,7</b>	<b>35.359,6</b>
V.1. Tesouro Nacional	4.959,2	3.055,3	37.340,0	49.361,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.138,6	-2.032,9	-10.148,3	-14.001,5
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-58,2</b>	<b>-119,3</b>	<b>-611,8</b>	<b>-706,8</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>3.762,4</b>	<b>903,1</b>	<b>26.579,9</b>	<b>34.652,8</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,46%</b>	<b>2,92%</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária.  
(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários  
(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Nov2002/Nov2001	
Receitas	18,5%
Tesouro	20,0%
Previdência	13,1%
Transferências	22,9%
Receita Líquida	17,5%
Despesas	15,6%
Benefícios	17,0%
Pessoal	14,4%
Custeio e Capital	15,1%

A receita do governo central cresceu 18,5% no período, atingindo o montante de R\$ 287,9 bilhões, contra R\$ 243,1 bilhões arrecadados de janeiro a novembro do ano passado. Entre os fatores que contribuíram para esse crescimento, destacam-se as receitas extraordinárias deste ano, em grande medida sem correspondência em 2001, tais como as decorrentes i) da desistência de ações judiciais e administrativas e pagamento de débitos em atraso (cerca de R\$ 9,6 bilhões por fundos de pensão e R\$ 5,1 bilhões pelos demais contribuintes); ii) da cobrança da CIDE sobre combustíveis (R\$ 6,7 bilhões); e iii) da tributação sobre o lucro obtido por empresa estatal na alienação de títulos públicos (R\$ 1,1 bilhão). Além disso, merece destaque o aumento de R\$ 1,9 bilhão na receita de cota-parte de compensações financeiras, decorrente do pagamento de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	22,6%	24,3%
Transferências	3,9%	4,3%
<b>Receita Líquida</b>	<b>18,7%</b>	<b>20,0%</b>
Despesa Total	16,2%	17,0%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,9%</b>

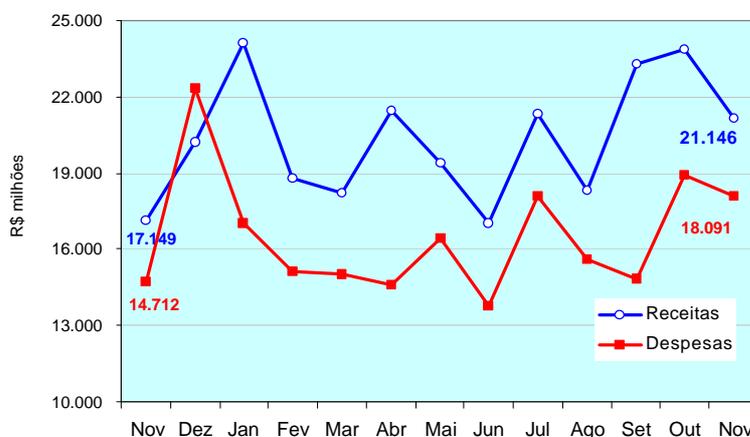
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	3,5%	4,2%
Previdência Social	-0,9%	-1,2%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
<b>Governo Central</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,9%</b>

Em novembro, o destaque foi a arrecadação de R\$ 1,3 bilhão proveniente da MP nº 75/02, pela qual a União prorrogou a adesão dos contribuintes à desistência de ações judiciais e administrativas com o conseqüente pagamento de débitos em atraso, principalmente de IRPJ, CSLL e Cofins.

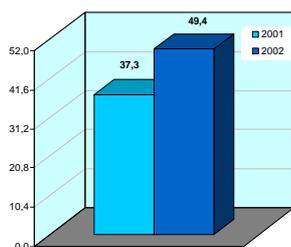
As transferências a estados e municípios aumentaram R\$ 9,6 bilhões (22,9%) no ano, reflexo, principalmente, do aumento de arrecadação do imposto de renda, que apresentou crescimento de R\$ 19,6 bilhões (33,8%) em relação ao observado até novembro de 2001. Além disso, cerca de 70% das receitas com *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, que, como mencionado, cresceram R\$ 1,9 bilhão (38,5%), são repassados a estados a título de compensação financeira. Com isso, o total das transferências totalizou R\$ 51,4 bilhões este ano, e a receita líquida do governo central, excluindo as transferências, totalizou R\$ 236,5 bilhões, 17,5% acima da verificada no mesmo período do ano passado.

O gráfico ao lado mostra o comportamento relativamente simétrico entre receitas e despesas do Tesouro Nacional, o que pode ser explicado, em grande medida, pela vinculação das despesas.

**Receitas e Despesas do Tesouro Nacional**  
Brasil, 2001-2002



**Superávit do Tesouro Nacional**  
Brasil, Jan-Nov (R\$ bilhões)

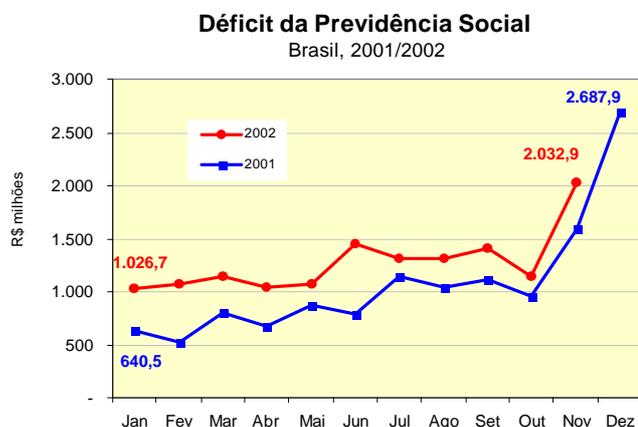


As despesas do governo central cresceram R\$ 27,1 bilhões (15,6%) no período. As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram R\$ 8,1 bilhões (14,4%) devido, entre os principais fatores, ao realinhamento salarial e reestruturação de carreiras específicas do funcionalismo público e ao aumento salarial de 3,5% concedido no início deste ano para todo funcionalismo público federal. Por sua vez, as despesas de custeio e capital cresceram R\$ 8,1 bilhões (15,1%). Nesse caso, o destaque foi o aumento de R\$ 1,2 bilhão (19,0%) nos gastos com seguro desemprego e abono salarial, relacionado, em grande medida, ao reajuste do salário mínimo a partir de abril deste ano. Além disso, no item “outras despesas de custeio e capital”, os gastos com ações na área da

saúde cresceram R\$ 2,2 bilhões, associado parcialmente ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2002, e os gastos com ações na área da educação cresceram R\$ 1,7 bilhão.

Por fim, a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 14,0 bilhões até novembro, contra R\$ 10,1 bilhões em igual período de 2001. Em grande medida, esse aumento deveu-se ao comportamento das despesas com benefícios, cujo valor e quantidade médios cresceram respectivamente 11,4% e 3,6% este ano. No mês em análise, o déficit da Previdência atingiu R\$ 2,0 bilhões, ficando acima da média dos últimos meses devido ao pagamento do 13º salário dos beneficiários que recebem no 1º dia útil de dezembro, e cujo impacto na conta única do Tesouro Nacional ocorre no mês de novembro.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Nov (R\$ bilhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	53,9	61,0
Benefícios	64,0	75,0
<b>Resultado Primário</b>	<b>-10,1</b>	<b>-14,0</b>



*Este ano, o déficit da previdência tem mantido o mesmo comportamento de 2001, ainda que em um nível superior, devido ao aumento na quantidade e valor médios dos benefícios.*

A receita bruta do Tesouro Nacional em novembro atingiu o montante de R\$ 22,1 bilhões, inferior em R\$ 2,8 bilhões (11,1%) à cifra registrada no mês anterior. No caso dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF), essa redução é explicada por fatores que afetaram positivamente a arrecadação em outubro, dentre eles o pagamento da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, referente à apuração do terceiro trimestre. A oscilação cambial em outubro proporcionou ganhos tributáveis das operações de *swap* e dos fundos de renda fixa e, conseqüentemente, contribuiu para a elevada arrecadação do IRRF-Rendimentos de Capital no mês, a qual foi R\$ 843,6 milhões superior à receita de novembro.

Além desses fatores, o maior número de semanas de fatos geradores em outubro (cinco), comparativamente a novembro (quatro), contribuiu para o nível mais elevado de arrecadação dos tributos com apuração semanal. Isso explica a queda na receita da CPMF (R\$ 353,8 milhões, 17,1%) e do IOF (R\$ 48,5 milhões, 13,0%).

### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*A receita bruta do Tesouro Nacional ficou R\$ 2,8 bilhões inferior à de outubro, a qual esteve elevada por fatores atípicos e sazonais.*

Por outro lado, a queda na receita dos tributos administrados pela SRF ocorreu a despeito da arrecadação extraordinária em novembro, no valor total de R\$ 1,3 bilhão, proporcionada pelo artigo 14 da Medida Provisória nº 75/2002. Esse artigo estendeu até novembro o prazo para pagamento de débitos tributários atrasados permitidos pelos artigos 20, 21 e 22 da Medida Provisória nº 66/2002. As principais parcelas desse ganho de arrecadação foram para o IRPJ (R\$ 684,0 milhões), a Cofins (R\$ 312,0 milhões) e a CSLL (R\$ 202,0 milhões).

As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 946,1 milhões. Essa queda é explicada basicamente pelo recolhimento em outubro da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 932,0 milhões), referente ao trimestre encerrado em setembro, sem correspondência em novembro.

### **Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior**

*As receitas do Tesouro acumuladas em 2002 superam em 1,7 ponto percentual do PIB a arrecadação de igual período de 2001.*

A receita bruta do Tesouro Nacional até novembro totalizou R\$ 234,6 bilhões, equivalentes a 19,8% do PIB, contra 18,1% do PIB observada em igual período de 2001, quando per fez R\$ 195,2 bilhões. Esse crescimento ficou distribuído entre as receitas de impostos e contribuições sociais, cuja elevação foi equivalente a 1,9 ponto percentual do PIB, ao passo que as demais receitas do Tesouro Nacional diminuíram 0,2 ponto percentual.

Até novembro, a arrecadação acumulada dos tributos administrados pela SRF supera em R\$ 39,8 bilhões (23,5%) o montante obtido em igual período de 2001, possibilitada em grande medida por arrecadações extraordinárias recolhidas no decorrer de 2002. Dentre esses ganhos de arrecadação destacam-se aqueles provenientes do pagamento de débitos tributários atrasados, em conformidade com as Medidas Provisórias nº 38 (R\$ 2,1 bilhões), nº 66 (R\$ 3,5 bilhões) e nº 75 (R\$ 1,3 bilhão), todas editadas em 2002, e a MP nº 2.222 (R\$ 7,7 bilhões), de 4/9/2001.

Além dessas medidas, contribuiu para o crescimento da receita a cobrança da CIDE – Combustíveis a partir de janeiro de 2002, cujos valores arrecadados no ano totalizam R\$ 6,7 bilhões. Também contribuiu para o crescimento das receitas administradas a arrecadação extra, em janeiro, de R\$ 1,1 bilhão proporcionada pela tributação de lucro de empresa estatal, decorrente da permuta de títulos públicos.

Por outro lado, observou-se redução nominal de R\$ 1,3 bilhão nas receitas do Imposto de Importação, em função da redução de 7,2% no valor em dólar das importações tributadas e de 18,8% na alíquota desse imposto.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
<b>Impostos</b>	<b>8,1%</b>	<b>9,0%</b>
Imposto de Renda	5,4%	6,5%
IPI	1,6%	1,5%
Outros	1,1%	0,9%
<b>Contribuições</b>	<b>7,8%</b>	<b>8,8%</b>
Cofins	3,9%	4,0%
CPMF	1,4%	1,5%
CSLL	0,8%	1,1%
Cide - Combustíveis (*)	-	0,6%
Outras	1,6%	1,7%
<b>Demais</b>	<b>2,1%</b>	<b>1,9%</b>
Dividendos da União	0,3%	0,2%
Concessões	0,4%	0,1%
Outras	1,4%	1,6%
<b>Total Bruto</b>	<b>18,1%</b>	<b>19,8%</b>

No conjunto, as demais receitas do Tesouro Nacional ficaram 0,2 ponto percentual do PIB inferiores aos recursos ingressados no mesmo período de 2001. Tal comportamento é explicado principalmente pela diminuição de R\$ 2,8 bilhões nas receitas de concessão, em função de arrecadação extraordinária ocorrida no ano anterior, relativa a leilão de serviços públicos nas áreas de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. Ademais, as receitas com os dividendos pagos à União apresentaram queda de R\$ 814,9 milhões (26,5%) em virtude dos menores pagamentos efetuados, principalmente, pela Eletrobras, Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), Petrobras e BNDES. Deve-se destacar que a Eletrobras ainda não efetuou pagamento em 2002, o qual está previsto para dezembro. Já o FND, em 2001, efetuou recolhimento de dividendos referentes aos exercícios de 1999 e 2000.

Ainda no âmbito das “demais receitas”, verificou-se aumento de R\$ 1,9 bilhão (38,5%) na arrecadação de *royalties* e participação especial pela produção de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997). Tal variação decorreu do aumento da produção interna de petróleo e gás natural e do preço no mercado internacional, este influenciado também pela depreciação na taxa de câmbio.

Em relação a idêntico período de 2001, as transferências a estados e municípios realizadas até novembro de 2002 apresentaram crescimento de 0,5 ponto percentual do PIB, o que corresponde a um incremento nominal de R\$ 9,6 bilhões (22,9%). As transferências constitucionais apresentaram acréscimo de R\$ 8,0 bilhões (24,3%), refletindo o recolhimento de débitos atrasados do Imposto de Renda.

Em proporção do PIB, as transferências relativas à Lei Complementar nº 87/1996 permaneceram praticamente no mesmo nível de 2001 (0,3%), em virtude dos critérios definidos na Lei Complementar nº 102/2000, a qual estabeleceu para os anos de 2001 e 2002 transferências no valor de R\$ 3,1 bilhões, corrigidas anualmente pelo IGP-DI.

As demais transferências acumulam no ano R\$ 7,0 bilhões, superando em R\$ 1,3 bilhão (22,3%) o valor registrado em igual período de 2001. Esse aumento concentrou-se nos repasses decorrentes dos *royalties* petróleo e participação especial estabelecidos na Lei nº 9.478/1997, cuja elevação foi de R\$ 1,0 bilhão (44,7%).

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Nov (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2001	2002
Petrobras	1.201,3	1.036,8
BNDES	549,9	444,4
CVRD	148,1	102,5
FND	378,7	118,7
Eletrobrás	431,3	-
Banco do Brasil	165,5	292,9
ECT	47,2	124,8
Demais	204,2	268,7
<b>Total</b>	<b>3.078,9</b>	<b>2.264,0</b>

### Transferências a estados e municípios

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Nov (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Salário-Educação	1.924,5	2.236,6
Royalties Lei 9478	2.263,9	3.275,0
Fundef	426,4	332,1
Outras	1.113,2	1.158,9
<b>Total</b>	<b>5.728,1</b>	<b>7.002,6</b>

## **Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*As despesas do Tesouro Nacional (pessoal e encargos sociais e custeio e capital) totalizaram em novembro R\$ 12,7 bilhões, apresentando diminuição de 7,0%, em relação ao mês anterior.*

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Out	Nov
Pessoal e Encargos	5.684,4	6.442,2
Custeio e Capital	7.959,1	6.242,4
Despesas do FAT	930,3	616,1
Subsídios e Subvenções	1.472,7	0,1
Outras	5.556,1	5.626,2

*A redução dos gastos com subsídios e subvenções econômicas decorreu da apropriação, em outubro, da despesa com securitização da dívida agrícola, sem paralelo em novembro, mês em que as vendas líquidas no âmbito do AGF também contribuíram para o nível observado.*

As despesas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 12,7 bilhões em novembro, apresentando redução de R\$ 958,8 milhões (7%), em relação ao mês de outubro. Tal comportamento explica-se, basicamente, pela apropriação, naquele mês, dos subsídios relativos à securitização da dívida agrícola no montante de R\$ 1,1 bilhão, sem correspondência em novembro. O incremento de R\$ 757,9 milhões (13,3%) observado nas despesas com pessoal e encargos decorreu, em boa medida, do pagamento da Gratificação Natalina (13º salário) dos servidores de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) registraram redução de 33,8%, atingindo o montante de R\$ 616,1 milhões este mês contra R\$ 930,3 milhões em outubro. Verificou-se diminuição tanto nos gastos com abono salarial como nos relativos a seguro desemprego que passaram de R\$ 829,8 milhões em outubro para R\$ 429,8 milhões em novembro. As demais despesas de custeio do FAT atingiram R\$ 186,3 milhões este mês contra R\$ 100,5 milhões no mês anterior.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas passaram de R\$ 1,5 bilhão, em outubro, para R\$ 0,1 milhões, este mês. Tal redução associou-se, basicamente, à apropriação, no mês passado, da parcela relativa a securitização agrícola, com base nas Leis nº 9.138/1995, nº 9.866/1999 e nº 10.437/2002.

No que se refere aos subsídios à agricultura, merece destaque o resultado líquido positivo de R\$ 195,8 milhões das operações sob amparo do programa de Aquisições do Governo Federal (AGF). As receitas, em sua maior parte decorrentes da venda de estoques de algodão, arroz e milho totalizaram R\$ 218,7 milhões, ao passo que as despesas com equalização e concessão de empréstimos foram de R\$ 22,8 milhões.

### **Boxe 1 – Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (Decreto nº 4.512/02)**

Com a publicação do Decreto nº 4.512 de 12/12/2002, o governo federal ampliou em R\$ 0,5 bilhão os limites de movimentação e empenho e em R\$ 0,4 bilhão os limites de pagamento das despesas do Poder Executivo. Tal decisão tornou-se possível devido ao aumento da arrecadação no mês de novembro em virtude, principalmente, do impacto da edição da MP nº 75, de 24/10/2002. A referida MP prorrogou para o último dia útil do mês de novembro do corrente ano o prazo para pagamento dos débitos em atraso de tributos e contribuições federais.

A nova estimativa de receitas apontou para um acréscimo de R\$ 1,7 bilhão na receita líquida de transferências. Esse aumento líquido é compensado parcialmente por ajustes na projeção de pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais no mês de dezembro no montante de R\$ 1,4 bilhão.

O Decreto nº 4.512/02 também alterou a data limite para empenho de dotações orçamentárias para até 20 de dezembro de 2002.

Relativamente à rubrica “outras despesas de custeio e capital”, observou-se ligeiro acréscimo de R\$ 70,0 milhões (1,3%), em relação a outubro. Destaque-se que, à semelhança de meses anteriores, os recursos liberados pelo Tesouro Nacional aos diversos órgãos da administração pública, consoante valores estabelecidos nos Decretos de Programação Financeira, bem assim as receitas próprias dos mesmos, ainda não foram integralmente utilizados. A menor realização da despesa pelos órgãos reflete, entre outros, aspectos próprios da execução orçamentária e financeira de projetos e atividades tais como processos de licitação para contratação e execução de cronogramas físicos de obras.

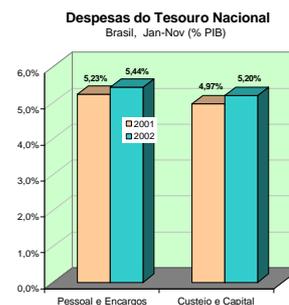
Até novembro de 2002, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 10,6% do PIB, apresentando crescimento de 0,4 ponto percentual do PIB em relação às verificadas em igual período de 2001. As rubricas “Pessoal e Encargos Sociais e “Custeio e Capital” registraram idênticas variações, apresentando, cada uma, aumento de 0,2 ponto percentual do PIB.

Em termos nominais, o acréscimo na folha do funcionalismo foi de R\$ 8,1 bilhões (14,4%), relativamente a 2001, reflexo do crescimento vegetativo da folha salarial. Os seguintes fatores também contribuíram para o crescimento da despesa de pessoal em 2002: i) impacto, a partir de fevereiro deste ano, da revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001; ii) extensão, também a partir de fevereiro de 2002, do percentual de 3,17% aos servidores públicos incluídos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a MP nº 2.225, de 04/09/2001; iii) realinhamento salarial ocorrido em função da reestruturação de diversas carreiras do funcionalismo público, dentre as quais a carreira militar das Forças Armadas, contemplada na MP nº 2.215-10, de 31/08/2001, com impacto financeiro a partir de julho de 2002, e da carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, consoante Lei nº 10.745, de 27/06/2002; e iv) pagamento, em janeiro e julho deste ano, da segunda e terceira parcelas, respectivamente, do passivo do adicional do tempo de serviço (anuênios), consoante estabelecido no art. 8º da MP nº 2.169-43, de 24/08/2001, ao passo que em julho do ano anterior ocorreu o pagamento da primeira parcela.

Observou-se também incremento de 0,4 ponto percentual do PIB na rubrica "outras despesas de custeio e capital", comparativamente ao acumulado do ano anterior, as quais passaram de 4,0% do PIB, em 2001, para 4,4%, em idêntico período deste ano.

### Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
<b>Pessoal e Encargos</b>	5,23%	5,44%
<b>Custeio e Capital</b>	4,97%	5,20%
Despesas do FAT	0,56%	0,61%
Subsídios e Subvenções	0,36%	0,18%
Outras	4,04%	4,41%



Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 8,7 bilhões justificado, em parte, pelo aumento nos gastos para custeio e investimento dos Ministérios da Saúde e Educação. No caso da área da saúde essa elevação deveu-se em atendimento à Emenda Constitucional nº 29/2000. Até novembro deste ano o pagamento efetivo das despesas de custeio e investimentos desta área totalizou R\$ 19,9 bilhões, contra R\$ 17,7 bilhões em igual período de 2001.

*As despesas com recursos do Fundo de Combate à Pobreza totalizaram R\$ 3,1 bilhões, contra R\$ 386,3 milhões no mesmo período de 2001.*

Por sua vez, o Ministério da Educação registrou incremento nessa rubrica de R\$ 1,7 bilhão, com as despesas passando de R\$ 4,3 bilhões no acumulado de janeiro a novembro de 2001 para R\$ 6,0 bilhões no mesmo período de 2002. Destaque-se que a realização de despesas no âmbito do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000, de janeiro a novembro deste ano totalizou R\$ 3,1 bilhões contra R\$ 386,3 milhões, em idêntico período do ano passado.

As despesas do FAT elevaram-se 19,0% em relação ao período de janeiro a novembro do ano anterior, perfazendo o equivalente a 0,6% do PIB. Esta evolução dos gastos deveu-se, principalmente, ao aumento do salário mínimo ocorrido em abril deste ano, com reflexo nos valores dos benefícios de seguro desemprego e abono salarial pagos a partir daquele mês. No caso do abono salarial, o impacto mais significativo ocorreu a partir da liberação do primeiro lote do benefício, referente ao exercício 2002-2003, em julho deste ano.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Nov (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
<b>Agricultura</b>	<b>1.992,5</b>	<b>1.392,8</b>
Custeio Agropecuário	150,6	186,4
Investimento Rural	45,9	88,0
Preços Agrícolas	332,6	-405,3
- EGF	2,4	7,2
- AGF	240,0	-525,2
- Sustentação de preços	90,2	112,8
Pronaf	341,0	451,4
PESA	29,0	0,0
Securitização (Lei 9.138)	1.093,3	1.072,3
<b>Outros</b>	<b>994,9</b>	<b>462,4</b>
Exportação (Proex)	994,9	409,8
Habitação (PSH)	0,0	52,6
<b>Total</b>	<b>2.987,3</b>	<b>1.855,2</b>

Até novembro deste ano os gastos com subsídios e subvenções econômicas atingiram 0,2 ponto percentual do PIB. Em termos nominais essas despesas totalizaram R\$ 3,9 bilhões no período acumulado deste ano contra R\$ 2,1 bilhões de idêntico período do ano anterior.

Verificou-se redução nos subsídios à agricultura, com as despesas passando de R\$ 2,0 bilhões em 2001, para R\$ 1,4 bilhão neste ano. Tal redução é atribuída ao aumento nas receitas líquidas obtidas com a venda de produtos agrícolas, principalmente arroz e milho, como parte das operações de regulação de preços agrícolas do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF).

## Previdência Social

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 2,0 bilhões no mês de novembro, 78,5% acima do verificado no mês anterior. Este resultado é explicado pelo aumento sazonal da despesa com benefícios referentes ao pagamento de parte do 13º salário dos aposentados e pensionistas. A tabela abaixo resume essas informações.

**TABELA 2  
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Brasil, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO	Out	Nov	Jan-Nov	
	2002	2002	2001	2002
<b>Arrecadação Líquida</b>	<b>6.091,4</b>	<b>5.831,6</b>	<b>53.895,9</b>	<b>60.954,3</b>
Arrecadação Bruta	6.589,9	6.341,5	58.483,2	65.992,1
- Contribuição Previdenciária	6.023,0	5.912,7	54.463,8	61.679,2
- Simples	258,2	281,7	2.233,0	2.521,8
- CDP	115,0	5,5	73,8	175,0
- CFT	55,4	39,6	377,9	427,7
- Depósitos Judiciais	93,5	57,9	693,0	691,6
- Refis	32,7	31,5	419,0	370,6
- Outras Receitas	12,2	12,7	222,7	126,1
(-) Restituição/Devolução	-44,5	-35,0	-336,7	-328,0
(-) Transferências a Terceiros	-454,1	-474,9	-4.250,5	-4.709,7
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.230,0</b>	<b>7.864,5</b>	<b>64.044,3</b>	<b>74.955,8</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1.138,6</b>	<b>-2.032,9</b>	<b>-10.148,3</b>	<b>-14.001,5</b>
<b>Resultado Primário/PIB</b>			<b>-0,94%</b>	<b>-1,18%</b>

*Em novembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,0 bilhões. No ano, o déficit primário acumulado atingiu R\$ 14,0 bilhões, equivalentes a 1,18% do PIB.*

A arrecadação líquida, quando comparada ao mês anterior, apresentou diminuição de 4,3%, atingindo R\$ 5,8 bilhões. Ressalta-se que em outubro houve ingresso de R\$ 115,0 milhões referentes aos resgates de Certificados da Dívida Pública (CDP), enquanto que este mês a receita foi de apenas R\$ 5,5 milhões.

As despesas com benefícios previdenciários tiveram um aumento nominal da ordem de 8,8%, atingindo R\$ 7,9 bilhões. Esse acréscimo se deve ao pagamento do 13º salário dos beneficiários que recebem no 1º dia útil de dezembro, e cujo impacto na conta única do Tesouro Nacional ocorre no mês de novembro.

Até novembro, a arrecadação líquida atingiu R\$ 61,0 bilhões, representando um acréscimo nominal de 13,1% em relação à verificada em 2001. Em percentual do PIB, a arrecadação corresponde a 5,14 pontos percentuais no acumulado de 2002, apresentando pequeno incremento de 0,14 ponto percentual quando comparada a igual período de 2001.

Considerando o acumulado do ano de 2002, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 75,0 bilhões, superando em R\$ 10,9 bilhões o montante observado no mesmo período de 2001 quando estas perfizeram R\$ 64,0 bilhões. Este acréscimo é decorrente do aumento de: i) 11,4% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2002 (com impacto no caixa a partir de maio) e reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2002 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) 718,8 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2002.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA  
Jan-Nov (% PIB)**

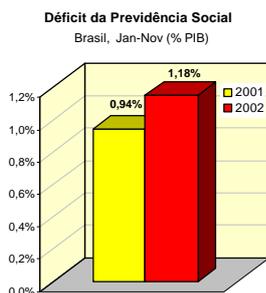
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	4,99%	5,14%
Benefícios	5,94%	6,32%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-0,94%</b>	<b>-1,18%</b>

Benefícios Emitidos	jan/2001- nov/2001	jan/2002- nov/2002	%
Quantidade*	19,9	20,6	3,6%
Valor Médio**	322,5	359,4	11,4%

(\*) média em milhões  
(\*\*) média em R\$ 1.00

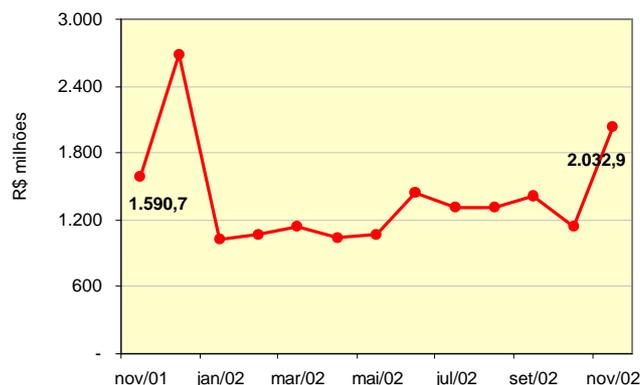
As emissões dos benefícios no período de janeiro a novembro, quando comparadas a igual período em 2001, apresentaram os seguintes comportamentos: i) as aposentadorias aumentaram em 246,2 mil (2,2%); ii) os auxílios – doença, aumento de 192,6 mil (36,5%); iii) as pensões por morte, aumento de 147,4 mil (2,9%); iv) os benefícios assistenciais aumentaram 86,9 mil (4,2%); v) os benefícios acidentários, incremento de 26,6 mil benefícios (3,9%); vi) os salários maternidade, aumento de 17,7 mil (14,5%); e vii) os demais benefícios aumentaram em 1,4 mil (8,4%).

O déficit primário do RGPS, acumulado entre janeiro e novembro de 2002, totalizou R\$ 14,0 bilhões, apresentando elevação nominal de 38,0% em relação a idêntico período de 2001. Como proporção do PIB, o resultado até novembro desse ano situou-se 0,24 ponto percentual acima do observado em idêntico período de 2001 (1,18% do PIB e 0,94% do PIB, respectivamente).



### Déficit da Previdência Social

Brasil, 2001/2002



### ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

No mês de novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 351,3 bilhões, equivalentes a 27,0% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em novembro de 2001.

**TABELA 3**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2001/2002**

(R\$ milhões)

	2001		2002
	Nov	Out	Nov
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>105.480</b>	<b>94.445</b>	<b>84.095</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	495.199	556.691	564.377
Dívida Contratual da STN	-303.130	-358.850	-371.379
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-86.588	-103.396	-108.903
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>180.828</b>	<b>267.911</b>	<b>267.191</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	135.980	205.338	204.856
Títulos Depositados em Garantia	-4.210	-6.365	-6.318
Dívida Contratual	50.178	70.041	69.902
Disponibilidades	-1.120	-1.103	-1.248
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>286.309</b>	<b>362.356</b>	<b>351.287</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>24,2%</b>	<b>28,0%</b>	<b>27,0%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*Em novembro, a dívida líquida caiu 1,0 ponto percentual do PIB em relação a outubro devido, principalmente, ao crescimento dos haveres contratuais da STN e Fundos, Autarquias e Fundações.*

Em relação a outubro, a dívida líquida diminuiu 1,0 ponto percentual do PIB. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, a queda da dívida interna líquida, devido à elevação do saldo dos haveres contratuais aliado ao resgate líquido de títulos da dívida mobiliária.

A dívida interna líquida caiu 0,8 ponto percentual do PIB em relação a outubro, situando-se em 6,5% do PIB, sendo a menor relação desde outubro de 1999. Tal queda é reflexo do crescimento dos saldos dos haveres contratuais da STN (R\$ 12,5 bilhões) e de entidades da administração indireta (R\$ 5,5 bilhões) devido, basicamente, à variação positiva de seus principais indexadores, IGP-DI (5,84%), IGP-M (5,19%) e TR (0,32%).

### ***Dívida Interna Líquida***

**TABELA 4**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2001/2002**

	(R\$ milhões)		
	2001 Nov	2002 Out	2002 Nov
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>105.480</b>	<b>94.445</b>	<b>84.095</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	495.199	556.691	564.377
LFT	266.020	303.790	325.001
LTN	51.191	41.017	27.862
NTN-C	25.961	44.889	54.934
NTN-D	37.820	58.734	49.129
Demais	94.481	84.363	83.196
Dívida Securitizada	17.434	21.818	22.155
TDA	2.291	2.080	2.100
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	-389.718	-462.246	-480.282
<i>Tesouro Nacional</i>	-303.130	-358.850	-371.379
Dívida Bancária	26.459	25.077	25.146
Lei nº 7.976/89	-11.487	-14.143	-13.749
Lei nº 8.727/93	-46.321	-45.753	-46.044
Lei nº 9.496/97	-153.189	-173.562	-179.532
Renegociação Dívida Municipais	-20.105	-23.262	-24.208
Demais Haveres da STN	-98.486	-127.206	-132.992
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-86.588	-103.396	-108.903
FAT	-63.209	-73.392	-78.749
Demais Entidades	-23.380	-30.004	-30.153
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>41,8%</b>	<b>43,1%</b>	<b>43,4%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-32,9%</b>	<b>-35,8%</b>	<b>-36,9%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-25,6%</b>	<b>-27,8%</b>	<b>-28,6%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>8,9%</b>	<b>7,3%</b>	<b>6,5%</b>

*Em novembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público ficou em 6,5% do PIB, menor relação desde outubro de 1999.*

## Emissões e Resgates

Em novembro, houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 653,0 milhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 37,7 bilhões e os resgates a R\$ 38,3 bilhões.

### Boxe 2 – Tesouro Direto

Em novembro, do total de títulos emitidos, R\$ 9,8 milhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, 63,26% referem-se à venda de títulos indexados a índices de preços (NTN-C).

Desde sua criação, em 07/01/2002, até o final de novembro, o Tesouro Direto vendeu R\$ 64,8 milhões em títulos. Desse montante, 55,1% foram de LTN, 34,4% em NTN-C e os restantes 10,5% em LFT. Em novembro, o valor médio por operação foi de R\$ 8,7 mil.

Dentre as emissões realizadas por meio de oferta pública, ressaltam-se: i) R\$ 28,1 bilhões em LFT, com vencimentos em dezembro de 2002, ao longo de 2003 e 2004, novembro de 2005 e novembro de 2006; e ii) R\$ 6,5 bilhões em NTN-C, com vencimentos em dezembro de 2005, abril de 2008, julho de 2017 e abril de 2021. Vale destacar o aumento expressivo das vendas de NTN-C desde setembro, tendo as emissões alcançado os montantes de R\$ 664,0 milhões e R\$ 4,8 bilhões, em setembro e outubro, respectivamente.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 3,1 bilhões, tendo sido mais representativas: i) R\$ 2,6 bilhões referentes à operação de troca de títulos da dívida agrícola com o Banco do Brasil; ii) R\$ 294,1 milhões em NTN-I para o Programa de Financiamento às Exportações - PROEX; e iii) R\$ 41,1 milhões em CFT-E para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES.

Em novembro, foram resgatados R\$ 4,0 bilhões em títulos emitidos por meio de emissão direta. Deste total, R\$ 2,9 bilhões referem-se a cancelamentos de títulos, dos quais: i) R\$ 2,6 bilhões relativos à operação de troca realizada com o Banco do Brasil, mencionada anteriormente; ii) R\$ 178,8 milhões em LFT; iii) R\$ 108,6 milhões em títulos da dívida securitizada; e iv) R\$ 9,6 milhões em LFT-B, sendo estes três últimos aceitos no leilão de NTN-C (vide box ao lado).

**TABELA 5  
EMISSÕES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIARIA  
FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER  
DO PÚBLICO  
BRASIL, Nov/2002**

(R\$ milhões)			
Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
<b>I. Emissões</b>	<b>34.559</b>	<b>3.094</b>	<b>37.653</b>
LFT	28.055	0	28.055
LTN	2	0	2
NTN-C	6.502	2	6.504
NTN-D	0	0	0
TDA	0	66	66
Securitizada**	0	2.668	2.668
Demais	0	358	358
<b>II. Resgates***</b>	<b>34.274</b>	<b>4.031</b>	<b>38.306</b>
LFT	11.335	0	11.335
LTN	13.595	0	13.595
NTN-C	0	0	0
NTN-D	9.344	0	9.344
TDA	0	93	93
Securitizada**	0	2.834	2.834
Demais	0	1.104	1.104
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>284</b>	<b>-937</b>	<b>-653</b>

\* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.

\*\* Inclui dívida agrícola

\*\*\* Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos

### Boxe 3 – Emissão de NTN-C

Foi realizado, nos dias 30 e 31 de outubro, com liquidação financeira em 1º de novembro, leilão tradicional de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com vencimentos em 2008, 2017 e 2021. Ocorreram cinco leilões adicionais de NTN-C (preços uniformes) em 10, 17, 24 e 30 de outubro, com liquidação financeira também em 1º de novembro e vencimento em dezembro de 2005.

O volume financeiro total emitido foi de R\$ 6,5 bilhões, sendo 8,6% referentes ao leilão tradicional (R\$ 552,5 milhões). No leilão tradicional, 15,3% correspondem ao título com vencimento em 2008, 46,2% ao vencimento 2017 e 38,6% ao vencimento 2021, tendo sido recebidos 53,4% em dinheiro. Pela troca dos títulos, foram aceitos títulos da dívida securitizada (para os vencimentos 2008 e 2017), LFTs (para os vencimentos 2017 e 2021) e LFTBs (para o vencimento 2008).

Seguindo a tendência de leilões anteriores, as taxas aceitas no leilão tradicional foram menores relativamente a outubro. Para o título vencendo em 2008, a taxa foi de 9,70% contra 10,40% em outubro; para o título de vencimento em 2017 a taxa foi de 10,45% contra 10,50% em outubro; e para o de 2021, a taxa foi de 10,47% contra 10,59% em outubro. Nos leilões adicionais arrecadou-se R\$ 5,9 bilhões e a taxa média dos cinco leilões foi de 9,47%.

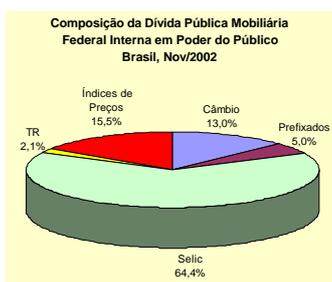
Quanto à composição da DPMFi, destacam-se: i) aumento da participação dos títulos indexados à taxa Selic (2,64 pontos percentuais), resultado da emissão líquida de R\$ 16,7 bilhões em LFT; e ii) aumento da participação dos títulos remunerados por índices de preços (1,74 ponto percentual), devido à emissão de R\$ 6,5 bilhões em NTN-C e também à maior variação desses índices em novembro.

Além disso, houve redução na participação dos títulos prefixados, tendo em vista a amortização de R\$ 13,6 bilhões em LTN e à pequena emissão desses títulos no mês. Além disso, foi observada queda de 1,90 ponto percentual na participação dos títulos cambiais devido ao resgate de NTN-D, no montante de

## Composição

*Os títulos remunerados pela taxa Selic aumentaram sua participação no total da dívida pública em poder do público, passando de 61,80% em outubro para 64,44% em novembro.*

R\$ 9,3 bilhões e à pequena apreciação da taxa de câmbio em relação a outubro (0,23%). Vale ressaltar que as emissões de NTN-D foram interrompidas em maio deste ano. Neste sentido, e com objetivo de fornecer *hedge* ao mercado, o Banco Central passou a realizar operações de *swap*, em substituição às emissões de NTN-D.



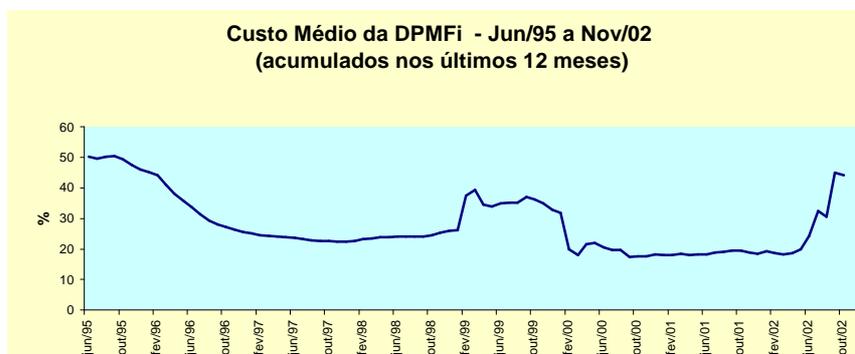
**TABELA 6**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2001/2002**

Indexador	2001		2002
	Nov	Out	Nov
Selic	64,78	61,80	64,44
Câmbio	11,26	14,89	12,99
Prefixados	10,39	7,47	5,00
Índices de Preços	9,46	13,74	15,48
TR	4,10	2,10	2,08
Outros	0,01	0,01	0,01

\* Não inclui dívida agrícola.

## Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 12,83% a.a. em outubro para 30,43% a.a. em novembro, devido, principalmente, ao aumento na variação do IGP-M (5,19 % a.m. em novembro, contra 3,87 % a.m. em outubro). Vale ressaltar também que, apesar da pequena apreciação cambial no mês, observou-se aumento no custo médio anual da NTN-D, tendo em vista que esta apreciação, em termos anuais, foi inferior à taxa de juros nominal deste título.



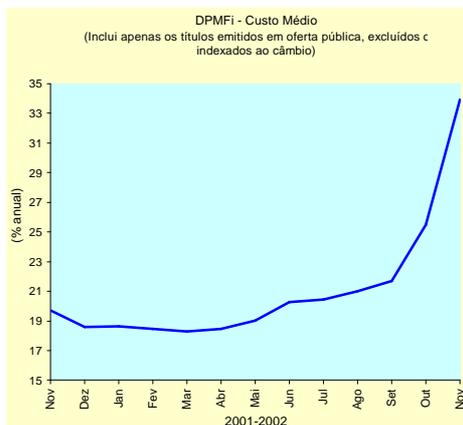
Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 24,79% a.a. em outubro para 35,61% a.a. em novembro. Contribuiu para este

aumento, principalmente, a maior variação dos índices de preços em relação a outubro, que afetou particularmente o custo médio da NTN-C (111,43% a.a. em novembro contra 66,98% a.a. em outubro).

**TABELA 7**  
**CUSTO MÉDIO DA DPMFI DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2001/2002**

Período	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	(% anual)
				Pub (2)
<b>2000</b>	<b>17,45</b>	<b>17,64</b>	<b>18,09</b>	<b>18,35</b>
<b>2001</b>	Nov 19,12	10,99	19,70	12,55
	Dez 17,83	8,73	18,62	10,07
<b>2001</b>	<b>17,18</b>	<b>18,28</b>	<b>17,88</b>	<b>18,42</b>
<b>2002</b>	Jan 17,87	24,31	18,66	26,32
	Fev 17,93	13,09	18,48	13,28
	Mar 17,61	15,15	18,29	15,55
	Abr 17,98	19,91	18,48	20,94
	Mai 18,42	34,65	19,01	38,64
	Jun 19,63	72,19	20,28	83,09
	Jul 19,98	128,63	20,43	147,93
	Ago 20,50	5,69	20,99	4,58
	Set 21,14	337,95	21,71	317,61
	Out 24,79	12,83	25,48	12,87
	Nov 35,61	30,43	33,92	30,29
<b>2002</b>	<b>21,04</b>	<b>63,16</b>	<b>21,43</b>	<b>64,64</b>

Pub - Títulos emitidos em oferta pública.  
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



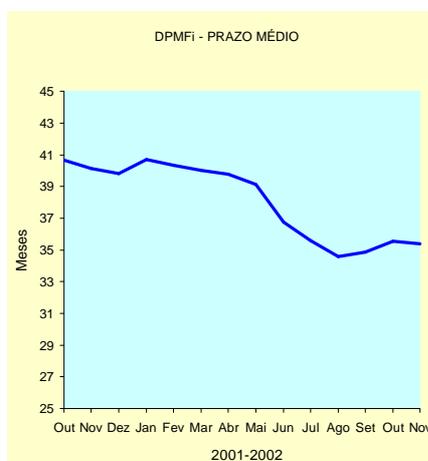
Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFI em poder do público foi de 35,61% a.a. em novembro.

Em novembro, o prazo médio da DPMFI em poder do público decresceu em 0,14 meses (35,39 meses em novembro, contra 35,53 meses em outubro). Os fatores mais relevantes que contribuíram para isto foram as reduções nos prazos médios: i) das LFT em 1,76 mes, devido à emissão por oferta pública de R\$ 28,0 bilhões com prazo médio de emissão (5,63 meses) inferior ao prazo médio de seu estoque (25,26 meses em outubro); e ii) das NTN-C em 4,95 meses devido, também, à emissão por oferta pública de R\$ 6,5 bilhões com prazo médio de emissão (49,55 meses) inferior ao prazo médio de seu estoque (66,55 meses em outubro).

## Prazo Médio

**TABELA 8**  
**PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2001/2002**

Período	Total	(meses)
		Total
<b>2001</b>	Out 40,69	
	Nov 40,13	
	Dez 39,84	
<b>2002</b>	Jan 40,70	
	Fev 40,34	
	Mar 40,01	
	Abr 39,76	
	Mai 39,16	
	Jun 36,76	
	Jul 35,60	
	Ago 34,57	
	Set 34,85	
	Out 35,53	
	Nov 35,39	



**PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002**

Título	(meses)		
	2001	2002	
	Nov	Out	Nov
LTN	3,43	2,08	2,01
LFT	37,57	25,26	23,51
NTN-C	73,08	66,55	61,60
NTN-D	18,34	16,94	19,02
TDA	48,93	48,00	49,39
Divida Securitizada*	66,87	63,24	61,93
Demais	92,28	120,06	120,24
<b>Total</b>	<b>40,13</b>	<b>35,53</b>	<b>35,39</b>

(\*) Inclui divida agrícola

## Dívida Externa Líquida

Em novembro, o estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, decresceu 0,2 ponto percentual do PIB em relação a outubro. O fator principal que determinou tal movimento foi a apreciação cambial do real ocorrida no mês. Na moeda norte-americana, a pequena variação no saldo devedor decorreu do cancelamento de US\$ 11,3 milhões em títulos da dívida externa reestruturada (*Bradies*), utilizados por Angola para quitar dívidas junto ao Brasil.

*Em novembro, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 267,2 bilhões, equivalentes a 20,5% do PIB.*

**TABELA 9**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2001/2002**

(R\$ milhões)

	2001	2002	
	Nov	Out	Nov
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>135.980,2</b>	<b>205.338,3</b>	<b>204.856,1</b>
Bônus de Renegociação	49.570,6	67.564,3	67.329,2
Bônus de Captação	86.409,5	137.774,0	137.526,9
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>50.177,7</b>	<b>70.041,2</b>	<b>69.901,9</b>
Organismos Multilaterais	25.468,8	37.311,4	37.256,9
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.615,9	12.368,0	12.339,2
Clube de Paris	16.093,1	20.361,8	20.305,7
<b>DÍVIDA EXTERNA BRUTA (I + II)</b>	<b>186.157,9</b>	<b>275.379,6</b>	<b>274.758,0</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-4.209,9</b>	<b>-6.365,2</b>	<b>-6.318,1</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-1.119,7</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>180.828,4</b>	<b>267.911,0</b>	<b>267.191,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>15,3%</b>	<b>20,7%</b>	<b>20,5%</b>

O serviço da dívida externa em novembro totalizou R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 1,1 bilhão referente ao pagamento de juros e R\$ 314,5 milhões, de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 932,4 milhões) referiu-se aos pagamentos da dívida mobiliária externa.

*Em novembro, as despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,4 bilhão.*

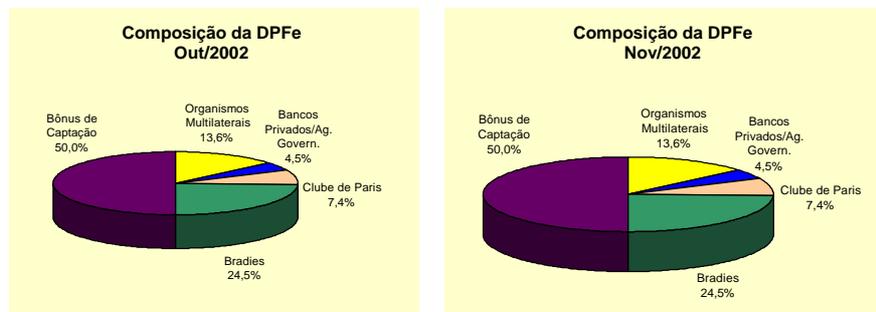
**TABELA 10**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, Nov/2002**

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>314,5</b>	<b>1.085,1</b>	<b>1.399,6</b>
I.1. Organismos Multilaterais	196,2	134,7	330,9
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	118,3	18,0	136,3
I.3. Dívida Mobiliária:	0,0	932,4	932,4
Euro 2006	0,0	302,9	302,9
Global 2027	0,0	629,5	629,5

Em novembro, não ocorreram alterações significativas na composição do estoque da dívida externa, em decorrência da falta de eventos em montantes expressivos.

## Composição



*A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa foi de 50,0%, em novembro.*

O prazo médio da dívida mobiliária externa reduziu de 6,13 anos em outubro para 6,07 anos em novembro. Devido à ausência de volumes significativos de novas emissões e cancelamentos no período, a variação é decorrente da diminuição no prazo remanescente dos títulos.

## Prazo e Custo Médios

O custo médio em dólares apresentou um pequeno aumento em relação a outubro em virtude do cancelamento dos títulos *Bradies* utilizados por Angola para quitação de dívidas com o Brasil, uma vez que tais títulos possuíam taxa de juros inferior ao custo médio total da dívida mobiliária externa.

**TABELA 11**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA BRASIL, 2001/2002**

Título	2001		2002
	Nov	Out	Nov
<b>Prazo Médio (anos)</b>	<b>6,80</b>	<b>6,13</b>	<b>6,07</b>
Bônus de Renegociação	6,60	6,24	6,15
Bônus de Captação	6,91	6,08	6,03
Globais	8,49	7,33	7,28
Euros	3,93	3,49	3,45
Demais	2,82	2,46	2,40
<b>Custo Médio (% a.a.) *</b>	<b>8,28</b>	<b>8,53</b>	<b>8,62</b>
Bônus de Renegociação	5,19	4,93	5,19
Bônus de Captação	10,06	10,30	10,30
Globais	11,04	11,16	11,16
Euros	9,94	10,11	10,11
Demais	5,04	4,93	4,93

\* Custo Médio em dólares.

*Em novembro, a dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,62% a.a. e prazo médio de 6,07 anos.*

## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Nov/2001	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2002
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>22.235,3</b>	<b>28.820,8</b>	<b>29.237,5</b>	<b>23.989,7</b>	<b>23.412,9</b>	<b>26.813,8</b>	<b>24.910,7</b>	<b>22.334,0</b>	<b>27.139,0</b>	<b>24.132,8</b>	<b>29.023,8</b>	<b>29.967,2</b>	<b>26.978,0</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>17.149,0</b>	<b>20.224,9</b>	<b>24.106,3</b>	<b>18.805,9</b>	<b>18.232,7</b>	<b>21.442,5</b>	<b>19.374,0</b>	<b>17.044,8</b>	<b>21.362,5</b>	<b>18.326,7</b>	<b>23.267,4</b>	<b>23.875,9</b>	<b>21.146,5</b>
I.1.1 Receita Bruta	17.644,9	20.556,8	24.363,1	19.156,5	18.437,5	21.635,6	19.618,8	18.176,4	22.537,7	19.749,2	24.010,9	24.829,3	22.065,1
- Impostos	7.686,5	9.522,6	12.109,0	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5
- Contribuições	8.105,9	8.423,6	9.882,4	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8
- Demais	1.852,4	2.610,5	2.371,6	2.452,1	1.522,0	2.860,8	1.979,3	1.318,1	2.515,0	1.575,4	2.095,9	2.676,8	1.730,7
I.1.2. (-) Restituições	-495,8	-320,4	-157,5	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.086,2</b>	<b>8.595,9</b>	<b>5.131,2</b>	<b>5.183,8</b>	<b>5.180,2</b>	<b>5.371,3</b>	<b>5.536,6</b>	<b>5.289,2</b>	<b>5.776,5</b>	<b>5.806,0</b>	<b>5.756,4</b>	<b>6.091,4</b>	<b>5.831,6</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>4.136,9</b>	<b>4.219,6</b>	<b>4.808,1</b>	<b>5.436,9</b>	<b>4.329,5</b>	<b>4.282,1</b>	<b>5.343,5</b>	<b>3.676,3</b>	<b>4.245,1</b>	<b>4.183,2</b>	<b>4.413,3</b>	<b>5.273,2</b>	<b>5.406,5</b>
II.1. Transferências Constitucionais	3.009,6	3.622,0	3.913,7	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9
II.2. Lei Complementar 87/96	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.3. Demais	828,9	299,2	566,0	573,2	513,1	283,2	842,9	374,3	674,7	773,0	698,4	524,5	1.179,3
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>18.098,3</b>	<b>24.601,2</b>	<b>24.429,5</b>	<b>18.552,8</b>	<b>19.083,4</b>	<b>22.531,8</b>	<b>19.567,2</b>	<b>18.657,7</b>	<b>22.893,9</b>	<b>19.949,6</b>	<b>24.610,5</b>	<b>24.694,1</b>	<b>21.571,5</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>17.252,1</b>	<b>29.396,7</b>	<b>18.378,6</b>	<b>15.973,7</b>	<b>17.027,7</b>	<b>16.754,6</b>	<b>17.711,1</b>	<b>16.824,6</b>	<b>20.929,5</b>	<b>18.561,8</b>	<b>17.598,2</b>	<b>20.873,5</b>	<b>20.549,1</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.223,1</b>	<b>7.947,7</b>	<b>7.241,4</b>	<b>5.486,6</b>	<b>5.281,0</b>	<b>5.359,4</b>	<b>5.288,5</b>	<b>5.923,1</b>	<b>7.046,9</b>	<b>5.543,6</b>	<b>5.248,9</b>	<b>5.684,4</b>	<b>6.442,2</b>
IV.1.1. INSS	277,5	355,7	397,2	278,4	293,1	305,0	292,4	327,3	422,1	298,6	287,7	294,6	317,0
IV.1.2. Demais	4.945,5	7.592,0	6.844,3	5.208,2	4.987,9	5.054,4	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.125,2
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>6.676,9</b>	<b>11.283,8</b>	<b>6.157,9</b>	<b>6.254,7</b>	<b>6.316,7</b>	<b>6.413,8</b>	<b>6.608,6</b>	<b>6.733,9</b>	<b>7.091,5</b>	<b>7.117,2</b>	<b>7.167,1</b>	<b>7.230,0</b>	<b>7.864,5</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>5.352,1</b>	<b>10.165,1</b>	<b>4.979,2</b>	<b>4.232,5</b>	<b>5.430,0</b>	<b>4.981,3</b>	<b>5.814,0</b>	<b>4.167,6</b>	<b>6.791,1</b>	<b>5.901,0</b>	<b>5.182,2</b>	<b>7.959,1</b>	<b>6.242,4</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	621,5	571,4	333,5	627,5	467,2	434,6	788,9	94,2	1.227,3	879,9	795,4	930,3	616,1
- Abono e Seguro Desemprego	556,6	475,3	311,4	584,0	370,7	361,6	735,3	60,9	1.195,3	821,2	747,3	829,8	429,8
- Demais Despesas do FAT	64,9	96,1	22,1	43,5	96,6	73,0	53,7	33,2	32,0	58,7	48,1	100,5	186,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	95,6	683,5	130,7	-0,5	96,9	131,9	142,8	-34,5	81,1	171,3	-55,4	1.472,7	0,1
- Operações Oficiais de Crédito	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4
- Subvenções aos Fundos Regionais	90,1	124,3	119,1	-83,2	2,3	64,5	63,7	-68,7	12,2	57,0	0,1	56,7	58,5
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.635,0	8.910,2	4.515,0	3.605,4	4.865,9	4.414,8	4.882,3	4.107,9	5.482,7	4.849,8	4.442,2	5.556,1	5.626,2
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>846,3</b>	<b>-4.795,5</b>	<b>6.050,9</b>	<b>2.579,0</b>	<b>2.055,7</b>	<b>5.777,2</b>	<b>1.856,1</b>	<b>1.833,1</b>	<b>1.964,4</b>	<b>1.387,8</b>	<b>7.012,3</b>	<b>3.820,6</b>	<b>1.022,4</b>
V.1. Tesouro Nacional	2.436,9	-2.107,6	7.077,6	3.649,9	3.192,2	6.819,7	2.928,1	3.277,8	3.279,4	2.699,0	8.423,0	4.959,2	3.055,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.590,7	-2.687,9	-1.026,7	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-61,4</b>	<b>-79,8</b>	<b>-22,8</b>	<b>-53,2</b>	<b>-57,8</b>	<b>-56,6</b>	<b>-43,8</b>	<b>-70,7</b>	<b>-60,0</b>	<b>-77,5</b>	<b>-86,8</b>	<b>-58,2</b>	<b>-119,3</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>784,8</b>	<b>-4.875,3</b>	<b>6.028,1</b>	<b>2.525,8</b>	<b>1.998,0</b>	<b>5.720,6</b>	<b>1.812,3</b>	<b>1.762,4</b>	<b>1.904,5</b>	<b>1.310,4</b>	<b>6.925,4</b>	<b>3.762,4</b>	<b>903,1</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>60,9</b>	<b>-1.053,8</b>	<b>1.011,6</b>	<b>-381,3</b>	<b>316,3</b>	<b>11,9</b>	<b>35,8</b>	<b>19,1</b>	<b>185,1</b>	<b>107,8</b>	<b>-881,6</b>	<b>550,5</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>845,8</b>	<b>-5.929,2</b>	<b>7.039,6</b>	<b>2.144,5</b>	<b>2.314,2</b>	<b>5.732,5</b>	<b>1.848,0</b>	<b>1.781,5</b>	<b>2.089,6</b>	<b>1.418,2</b>	<b>6.043,8</b>	<b>4.312,9</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>7.443,3</b>	<b>7.637,6</b>	<b>-12.518,5</b>	<b>-678,6</b>	<b>-3.200,2</b>	<b>-8.338,9</b>	<b>-15.995,2</b>	<b>-23.076,4</b>	<b>-28.470,0</b>	<b>12.383,6</b>	<b>-40.920,9</b>	<b>565,3</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>8.289,1</b>	<b>1.708,4</b>	<b>-5.478,9</b>	<b>1.465,9</b>	<b>-886,0</b>	<b>-2.606,4</b>	<b>-14.147,2</b>	<b>-21.294,9</b>	<b>-26.380,4</b>	<b>13.801,8</b>	<b>-34.877,0</b>	<b>4.878,2</b>	<b>nd</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Nov/2001	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2002
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>24.046,0</b>	<b>30.554,8</b>	<b>22.989,4</b>	<b>27.751,7</b>	<b>24.647,0</b>	<b>26.414,5</b>	<b>31.035,7</b>	<b>29.321,4</b>	<b>27.994,8</b>	<b>35.339,5</b>	<b>33.924,5</b>	<b>38.879,4</b>	<b>30.047,5</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	17.579,5	20.292,6	15.532,7	19.670,3	17.213,7	17.988,9	20.507,2	15.759,7	17.971,3	20.104,4	19.689,9	24.524,9	22.292,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	683,3	753,6	633,2	774,2	906,7	1.183,4	790,4	911,5	676,4	738,1	738,6	1.775,7	912,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	292,1	378,9	144,3	647,0	156,5	83,9	117,4	111,0	239,0	139,4	185,9	282,3	286,4
I.5 - Receita do Salário Educação	119,5	124,4	213,6	114,6	119,6	124,6	125,7	129,7	130,7	159,9	137,7	148,0	155,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.365,7	9.009,1	5.334,1	5.190,0	5.564,7	5.695,6	5.844,9	5.707,4	6.224,3	6.167,0	6.439,1	7.016,9	6.551,7
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	5,8	7,7	1.230,7	1.355,6	685,9	1.338,0	3.650,0	6.702,2	2.753,1	8.030,7	6.733,3	5.131,6	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>22.602,8</b>	<b>33.639,9</b>	<b>25.672,2</b>	<b>25.815,7</b>	<b>23.202,2</b>	<b>26.268,0</b>	<b>24.157,3</b>	<b>26.687,9</b>	<b>25.320,9</b>	<b>28.931,0</b>	<b>26.457,8</b>	<b>33.957,3</b>	<b>31.125,7</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>4.023,2</b>	<b>5.665,8</b>	<b>5.869,1</b>	<b>6.158,3</b>	<b>4.847,4</b>	<b>5.038,3</b>	<b>5.938,3</b>	<b>4.498,2</b>	<b>4.898,4</b>	<b>5.540,3</b>	<b>5.214,3</b>	<b>5.615,6</b>	<b>6.262,4</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.204,3	3.852,2	4.175,5	4.832,2	3.715,7	3.882,0	4.471,2	3.165,2	3.451,6	3.280,2	3.605,7	4.709,5	4.152,4
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	459,7	180,3	165,8	344,8	174,6	171,5	457,3	250,1	242,1	605,9	363,5	356,1	802,4
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.1.4 - Outras Vinculações	60,7	1.334,9	1.199,5	651,0	627,8	655,5	680,4	753,5	875,4	1.324,8	915,7	220,7	978,2
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>18.579,6</b>	<b>27.974,1</b>	<b>19.803,1</b>	<b>19.657,4</b>	<b>18.354,8</b>	<b>21.229,7</b>	<b>18.219,1</b>	<b>22.189,7</b>	<b>20.422,5</b>	<b>23.390,7</b>	<b>21.243,5</b>	<b>28.341,7</b>	<b>24.863,3</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.256,1	7.908,2	7.079,9	5.289,0	5.390,9	5.217,0	5.258,7	7.457,7	5.353,0	5.505,8	5.290,4	5.554,4	8.343,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	921,5	-723,0	1.626,4	1.236,1	682,0	2.676,4	758,8	940,4	1.804,2	1.317,5	1.161,5	6.205,7	520,1
i) Dívida Contratual Interna	1,5	-978,3	76,4	102,5	100,7	111,5	449,1	105,2	97,6	90,1	115,8	798,0	73,5
ii) Dívida Contratual Externa	920,0	255,3	1.550,0	1.133,7	581,4	2.564,9	309,7	835,2	1.706,6	1.227,3	1.045,6	5.407,8	446,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	866,3	1.741,7	2.104,4	2.644,0	1.751,7	3.043,1	1.195,0	2.466,7	1.638,0	1.507,1	3.102,4	2.623,4	2.766,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.411,7	10.611,8	6.377,3	6.494,5	5.977,3	6.550,3	6.854,9	6.613,2	6.864,5	8.714,3	6.188,5	6.885,1	7.968,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.861,3	7.509,1	2.447,0	3.724,7	4.279,7	3.554,5	3.923,4	4.568,5	4.437,6	6.051,6	5.366,1	6.335,5	5.015,7
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	262,7	926,4	168,1	269,1	273,2	188,4	228,2	143,1	325,3	294,4	134,6	737,6	248,7
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)</b>	<b>1.443,2</b>	<b>-3.085,1</b>	<b>-2.682,9</b>	<b>1.936,0</b>	<b>1.444,8</b>	<b>146,5</b>	<b>6.878,4</b>	<b>2.633,5</b>	<b>2.673,9</b>	<b>6.408,5</b>	<b>7.466,7</b>	<b>4.922,1</b>	<b>-1.078,2</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>13.656,5</b>	<b>10.112,3</b>	<b>16.491,4</b>	<b>14.390,1</b>	<b>16.359,1</b>	<b>22.684,1</b>	<b>11.892,7</b>	<b>7.044,0</b>	<b>25.584,9</b>	<b>9.433,4</b>	<b>4.149,4</b>	<b>11.012,4</b>	<b>35.176,0</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	13.263,2	9.548,4	16.169,0	13.777,4	15.769,5	22.129,2	11.364,9	6.448,7	22.521,5	7.398,8	3.776,0	10.222,2	34.321,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	393,3	563,9	322,4	612,7	589,6	554,8	527,8	595,2	3.063,5	2.034,6	373,5	790,1	854,3
<b>V. DESPESAS</b>	<b>12.653,1</b>	<b>10.815,2</b>	<b>11.352,5</b>	<b>15.212,7</b>	<b>15.676,5</b>	<b>19.695,7</b>	<b>5.855,9</b>	<b>18.295,1</b>	<b>10.345,3</b>	<b>10.869,9</b>	<b>14.717,5</b>	<b>31.814,5</b>	<b>34.760,9</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	10.892,4	9.004,0	11.180,8	15.006,6	15.365,1	18.941,2	4.597,6	16.418,1	7.665,6	9.796,0	14.134,6	27.964,8	33.742,2
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.760,7	1.811,2	171,7	206,1	311,4	754,5	1.258,3	1.877,0	2.679,8	1.073,8	582,9	3.849,8	1.018,7
V.2.1 - Dívida Interna	6,6	296,2	71,5	91,9	92,1	93,1	-82,4	105,4	89,0	82,4	102,4	1.519,5	58,9
V.2.2 - Dívida Externa	1.754,1	1.515,1	100,1	114,2	219,3	661,5	1.340,6	1.771,5	2.590,8	991,4	480,5	2.330,3	959,7
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>2.370,8</b>	<b>544,4</b>	<b>4.988,2</b>	<b>-1.229,2</b>	<b>404,4</b>	<b>3.188,1</b>	<b>6.767,2</b>	<b>-9.969,4</b>	<b>14.855,9</b>	<b>-2.397,2</b>	<b>-10.358,6</b>	<b>-17.742,6</b>	<b>579,5</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN</b>	<b>-271,1</b>	<b>-640,9</b>	<b>-3.308,0</b>	<b>3.043,7</b>	<b>870,5</b>	<b>-3.311,8</b>	<b>5.698,5</b>	<b>8.686,7</b>	<b>3.372,8</b>	<b>4.703,4</b>	<b>4.363,5</b>	<b>4.692,1</b>	<b>-3.477,0</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>2.175,4</b>	<b>-4.428,9</b>	<b>-851,9</b>	<b>4.157,2</b>	<b>2.998,0</b>	<b>-177,0</b>	<b>18.613,7</b>	<b>69,1</b>	<b>21.286,3</b>	<b>9.675,4</b>	<b>1.262,1</b>	<b>-11.188,0</b>	<b>-4.140,0</b>

(\*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Nov/2001	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2002
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>5.850,4</b>	<b>2.493,9</b>	<b>6.161,1</b>	<b>8.867,5</b>	<b>1.700,7</b>	<b>6.168,7</b>	<b>6.137,4</b>	<b>9.810,9</b>	<b>11.156,0</b>	<b>8.583,5</b>	<b>21.269,7</b>	<b>13.084,1</b>	<b>12.238,1</b>
I.1. Emissão de Títulos	5.851,9	3.375,4	4.861,4	7.619,9	1.252,4	4.811,0	2.278,9	2.767,3	8.088,4	2.911,8	14.110,9	7.843,4	14.503,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	-4,4	-342,9	1.187,0	1.163,9	414,2	1.258,3	3.650,0	6.702,2	2.753,1	5.733,8	6.700,3	5.131,6	-2.287,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	2,9	-538,6	112,7	83,8	34,0	99,3	208,5	341,5	314,5	-62,0	458,4	109,1	21,7
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>6.121,6</b>	<b>3.134,8</b>	<b>9.469,2</b>	<b>5.823,8</b>	<b>830,2</b>	<b>9.480,5</b>	<b>438,8</b>	<b>1.124,2</b>	<b>7.783,2</b>	<b>3.880,1</b>	<b>16.906,2</b>	<b>8.392,0</b>	<b>15.715,1</b>
II.1. Resgate de Títulos	5.504,8	2.195,0	7.963,1	5.021,9	729,5	8.247,8	7,8	11,8	6.047,7	3.307,7	15.646,1	7.718,5	14.485,0
II.2. Encargos da DPMF	616,7	939,8	1.506,1	801,9	100,7	1.232,7	431,1	1.112,4	1.735,5	572,4	1.260,1	673,5	1.230,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-271,1</b>	<b>-640,9</b>	<b>-3.308,0</b>	<b>3.043,7</b>	<b>870,5</b>	<b>-3.311,8</b>	<b>5.698,5</b>	<b>8.686,7</b>	<b>3.372,8</b>	<b>4.703,4</b>	<b>4.363,5</b>	<b>4.692,1</b>	<b>-3.477,0</b>

**TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO**

R\$ milhões

	Nov/2001	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2002
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	18,0	30,2	5,0	19,0	17,6	20,2	18,9	19,1	18,1	17,5	0,7	38,4	12,0
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	0,0	42,2	2,1	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	73,6	0,0
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	-51,1	18,9	-20,4	28,2	9,0	7,5	-2,4	-11,1	10,2	-22,5	-69,0	-159,0	-175,9
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,8	1,9	0,0	3,8	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-51,3	-11,5	-40,4	5,9	-8,9	7,3	-10,1	-13,5	-7,6	-24,4	-74,0	-163,8	-195,8
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	30,2	20,0	22,2	17,8	0,1	7,6	2,1	17,0	0,0	5,0	1,0	20,0
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	19,0	155,5	0,6	25,2	22,4	24,5	24,3	26,1	38,6	50,4	4,5	208,8	26,0
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	19,5	296,8	24,3	10,4	33,4	15,2	38,3	0,2	2,0	68,9	7,0	170,7	39,4
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)</b>	0,0	15,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	11,3	40,0
<b>VIII. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.072,3	0,0
<b>IX. TOTAL</b>	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Nov/2001	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2002
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>105.480,4</b>	<b>120.499,8</b>	<b>120.582,7</b>	<b>132.158,9</b>	<b>125.471,7</b>	<b>135.004,9</b>	<b>139.975,9</b>	<b>136.647,4</b>	<b>143.402,8</b>	<b>123.710,9</b>	<b>112.746,8</b>	<b>94.445,2</b>	<b>84.095,2</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7	569.525,7	556.691,1	564.376,7
Dívida Bancária	26.459,0	25.355,0	25.364,4	25.367,2	25.361,1	25.382,6	25.414,3	25.423,8	25.080,8	25.111,7	25.112,8	25.076,6	25.146,3
INSS	-11.172,2	-11.257,1	-11.277,4	-11.298,8	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8
Lei 7.976/89	-11.487,3	-10.316,5	-10.684,3	-10.425,0	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4
Bônus Renegociação	-20.836,9	-18.988,0	-19.081,6	-18.498,3	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6
Lei 8.727/93	-46.321,3	-46.429,7	-45.312,4	-45.331,5	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2
Lei 9.496/97	-153.189,0	-154.222,1	-154.768,7	-155.046,2	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-20.105,4	-20.279,5	-20.375,4	-20.425,8	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7
Receíveis das Estatais	-18.238,0	-17.878,1	-18.285,1	-18.247,1	-18.289,1	-19.454,4	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4	-34.479,1
Outros	-33.272,5	-33.378,8	-30.059,8	-29.976,8	-30.175,3	-30.187,7	-30.173,0	-30.505,6	-37.194,5	-37.548,5	-38.043,5	-38.429,2	-38.842,8
Fat	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.392,2	-78.749,4
Demais Entidades	-23.379,6	-23.613,7	-23.955,2	-24.763,4	-25.392,9	-26.070,3	-26.676,8	-27.118,8	-27.463,3	-28.158,0	-28.419,2	-30.003,6	-30.153,4
Créditos das Operações Oficiais	-12.126,6	-11.554,5	-11.832,7	-11.414,8	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1
Arrecadação a Recolher	-2.839,8	-767,0	-7.746,0	-4.591,6	-4.587,8	-6.977,2	-3.581,2	-4.115,5	-6.576,0	-3.860,2	-6.579,0	-5.520,8	-4.109,2
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>180.828,4</b>	<b>164.631,2</b>	<b>173.221,3</b>	<b>168.040,7</b>	<b>169.428,8</b>	<b>174.919,7</b>	<b>187.603,8</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>	<b>225.519,1</b>	<b>287.814,1</b>	<b>267.911,0</b>	<b>267.191,4</b>
Dívida Mobiliária	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1
Títulos Depositados em Garantias	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.318,1
Dívida Contratual	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	69.901,9
Disponibilidades	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>286.308,8</b>	<b>285.131,0</b>	<b>293.804,0</b>	<b>300.199,7</b>	<b>294.900,5</b>	<b>309.924,6</b>	<b>327.579,7</b>	<b>349.412,8</b>	<b>400.311,2</b>	<b>349.230,0</b>	<b>400.560,9</b>	<b>362.356,2</b>	<b>351.286,7</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>24,2%</b>	<b>23,9%</b>	<b>24,5%</b>	<b>24,9%</b>	<b>24,4%</b>	<b>25,5%</b>	<b>26,6%</b>	<b>28,3%</b>	<b>32,2%</b>	<b>27,8%</b>	<b>31,5%</b>	<b>28,0%</b>	<b>27,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Nov/2001	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2002
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>135.980,2</b>	<b>124.482,9</b>	<b>131.535,1</b>	<b>127.672,9</b>	<b>129.252,8</b>	<b>134.051,0</b>	<b>143.612,1</b>	<b>163.790,8</b>	<b>194.479,2</b>	<b>171.605,4</b>	<b>220.897,7</b>	<b>205.338,3</b>	<b>204.856,1</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>49.570,6</b>	<b>45.487,3</b>	<b>46.744,8</b>	<b>45.389,8</b>	<b>44.878,3</b>	<b>44.729,7</b>	<b>47.750,1</b>	<b>53.853,7</b>	<b>64.912,6</b>	<b>57.221,9</b>	<b>73.682,7</b>	<b>67.564,3</b>	<b>67.329,2</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	939,7	862,3	898,7	872,7	827,5	841,4	898,2	1.013,0	1.221,0	1.076,4	1.326,8	1.241,7	1.238,8
Par Bond (PB)	5.381,8	4.938,4	4.965,9	4.822,0	4.771,4	4.782,8	5.105,7	5.758,4	6.940,9	6.118,6	7.885,1	7.267,2	7.230,6
Discount Bond (DB)	5.647,1	5.182,0	5.274,4	5.121,5	5.067,8	5.152,7	5.500,6	6.203,7	7.477,7	6.591,7	8.494,9	7.949,9	7.931,3
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.566,4	1.437,4	1.468,1	1.425,5	1.410,6	1.434,2	1.531,0	1.726,8	2.081,3	1.834,8	2.364,5	2.212,8	2.207,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	16.705,5	15.329,4	15.814,7	15.356,3	15.195,4	15.449,8	16.492,9	18.601,3	22.421,1	19.764,7	25.471,1	23.836,9	23.781,3
Debt Conversion Bond (DCB)	9.656,8	8.861,4	9.175,4	8.909,4	8.816,1	8.961,2	9.566,7	10.789,1	13.004,6	11.463,8	14.773,7	13.825,8	13.735,6
New Money Bond (NMB)	3.986,6	3.658,2	3.778,4	3.668,9	3.630,5	3.445,2	3.677,8	4.147,9	4.999,7	4.407,3	5.679,8	4.935,7	4.924,2
Eligible Interest (EI)	5.686,7	5.218,2	5.369,2	5.213,5	5.158,9	4.662,5	4.977,3	5.613,5	6.766,3	5.964,6	7.686,7	6.294,4	6.279,7
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>86.409,5</b>	<b>78.995,6</b>	<b>84.790,2</b>	<b>82.283,0</b>	<b>84.374,4</b>	<b>89.321,3</b>	<b>95.862,0</b>	<b>109.937,1</b>	<b>129.566,6</b>	<b>114.383,5</b>	<b>147.215,0</b>	<b>137.774,0</b>	<b>137.526,9</b>
Bônus Marco Alemão 2007	1.137,7	1.052,9	1.064,8	1.033,9	1.023,1	1.040,2	1.206,5	1.444,1	1.716,8	1.520,4	1.970,3	1.848,0	1.851,9
Bônus Parallel Franco	339,2	313,9	327,2	317,7	314,4	319,6	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Florim	403,9	373,8	389,5	378,3	374,3	380,6	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	323,4	299,3	311,9	302,9	299,7	304,7	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2027	8.850,5	8.121,4	8.464,1	8.218,7	8.132,6	8.268,8	8.827,0	9.955,4	11.999,8	10.578,1	13.632,0	12.757,5	12.727,8
Bônus EuroIrla	861,8	797,6	831,2	807,1	798,7	812,1	866,9	1.094,0	1.300,6	1.151,8	1.492,6	1.399,9	1.402,9
Bônus Eurosterling 2007	537,1	506,1	513,0	499,5	492,9	501,1	535,0	603,3	805,6	704,0	918,0	857,0	850,3
Bônus Euro 2003	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	1.017,2	1.085,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0
Bônus Marco Alemão 2008	853,3	789,7	823,0	799,1	790,7	804,0	1.083,1	1.287,6	1.140,3	1.477,7	1.386,0	1.388,9	1.388,9
Bônus Global 2008	3.160,9	2.900,5	3.022,9	2.935,3	5.809,0	5.906,3	6.305,0	7.111,0	8.571,3	7.555,8	9.737,3	9.112,5	9.091,3
Bônus Global 2004	7.586,1	6.961,2	7.254,9	7.044,6	6.970,8	7.087,5	7.566,0	8.533,2	10.285,5	9.066,9	11.684,7	10.935,0	10.909,5
Bônus Euro 2002	1.783,9	1.650,9	1.666,0	1.617,7	1.600,7	1.627,5	1.887,8	2.259,6	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	996,9	1.156,3	1.384,0	1.645,3	1.457,1	1.888,3	1.771,0	1.774,8
Bônus Global 2009	5.057,4	4.640,8	4.836,6	4.696,4	4.647,2	4.725,0	5.044,0	5.688,8	6.857,0	6.044,6	7.789,8	7.290,0	7.273,0
Bônus Euro 2006	1.560,9	1.444,5	1.457,7	1.415,5	1.400,6	1.399,7	1.623,5	1.943,2	2.310,2	2.045,8	2.651,3	2.523,1	2.491,9
Bônus Global 2020	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5
Bônus Euro 2010	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5
Bônus Global 2030	4.045,9	3.712,6	3.869,3	3.757,1	3.717,8	3.780,0	4.035,2	4.551,0	5.485,6	4.835,7	6.231,8	5.832,0	5.818,4
Bônus Samurai 2003	5.326,0	4.595,7	4.763,3	4.562,4	4.547,3	4.768,9	5.267,5	6.173,1	7.425,9	6.628,4	8.309,3	7.719,2	7.701,2
Bônus Euro 2005	2.787,4	2.579,5	2.603,1	2.527,6	2.501,2	2.518,6	2.921,4	3.496,7	4.214,8	3.681,3	4.770,7	4.474,6	4.484,0
Bônus Global 2007	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8
Bônus Global 2040	13.041,3	11.967,0	12.471,9	12.110,4	11.983,5	12.184,1	13.006,7	14.669,5	17.681,8	15.586,9	20.087,2	18.798,4	18.754,6
Bônus Euro 2007	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5
Bônus Samurai 2006	1.229,1	1.060,5	1.079,0	1.052,9	1.049,4	1.100,5	1.215,6	1.424,6	1.713,7	1.529,6	1.917,5	1.781,4	1.777,2
Bônus Global 2006	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8
Bônus Euro 2011	2.229,9	2.063,6	2.082,5	2.022,1	2.000,9	2.034,4	2.359,8	2.824,5	3.357,8	2.973,6	3.853,6	3.614,4	3.621,9
Bônus Global 2024	5.436,7	4.988,9	5.199,3	5.048,6	4.995,7	5.079,4	5.422,3	6.115,5	7.371,3	6.497,9	8.374,0	7.836,8	7.818,5
Bônus Samurai 2007	1.638,8	1.414,1	1.438,6	1.403,8	1.399,2	1.467,3	1.620,8	1.899,4	2.284,9	2.039,5	2.556,7	2.375,1	2.369,6
Bônus Global 2005	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5
Bônus Global 2012	-	-	3.022,9	2.935,3	2.904,5	2.953,1	3.152,5	3.555,5	4.285,6	3.777,9	4.868,6	4.556,3	4.545,6
Euro Bond 2009	-	-	-	-	-	1.017,2	1.179,9	1.412,2	1.486,8	1.486,8	1.807,2	1.811,0	1.811,0
Bônus Global 2010	-	-	-	-	-	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-4.209,9</b>	<b>-3.768,8</b>	<b>-3.991,7</b>	<b>-3.917,5</b>	<b>-3.580,7</b>	<b>-3.803,6</b>	<b>-4.022,4</b>	<b>-4.565,6</b>	<b>-5.656,7</b>	<b>-5.284,3</b>	<b>-7.107,4</b>	<b>-6.365,2</b>	<b>-6.318,1</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>50.177,7</b>	<b>44.900,8</b>	<b>46.640,9</b>	<b>45.260,1</b>	<b>44.706,1</b>	<b>45.615,0</b>	<b>49.003,9</b>	<b>54.544,8</b>	<b>69.155,8</b>	<b>60.380,5</b>	<b>75.150,2</b>	<b>70.041,2</b>	<b>69.901,9</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-1.119,7</b>	<b>-983,7</b>	<b>-963,0</b>	<b>-974,7</b>	<b>-949,4</b>	<b>-942,8</b>	<b>-989,7</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.182,6</b>	<b>-1.126,4</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>180.828,4</b>	<b>164.631,2</b>	<b>173.221,3</b>	<b>168.040,7</b>	<b>169.428,8</b>	<b>174.919,7</b>	<b>187.603,8</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>	<b>225.519,1</b>	<b>287.814,1</b>	<b>267.911,0</b>	<b>267.191,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>15,3%</b>	<b>13,8%</b>	<b>14,4%</b>	<b>14,0%</b>	<b>14,0%</b>	<b>14,4%</b>	<b>15,3%</b>	<b>17,2%</b>	<b>20,7%</b>	<b>18,0%</b>	<b>22,7%</b>	<b>20,7%</b>	<b>20,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Nov/2001	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2002
<b>DIVIDA MOBILIARIA TOTAL</b>	<b>680.641,2</b>	<b>691.817,5</b>	<b>697.630,6</b>	<b>711.471,1</b>	<b>713.695,0</b>	<b>730.722,1</b>	<b>746.927,5</b>	<b>760.458,8</b>	<b>806.298,3</b>	<b>799.952,0</b>	<b>831.903,3</b>	<b>821.160,9</b>	<b>832.223,7</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>495.198,5</b>	<b>507.532,3</b>	<b>514.240,0</b>	<b>522.729,6</b>	<b>518.340,9</b>	<b>532.717,2</b>	<b>539.995,0</b>	<b>546.216,2</b>	<b>577.668,2</b>	<b>556.108,7</b>	<b>569.525,7</b>	<b>556.691,1</b>	<b>564.376,7</b>
Dívida Securitizada	17.394,8	19.275,2	19.482,2	23.712,1	22.560,4	22.161,8	22.219,6	22.214,0	22.396,2	22.988,0	23.030,9	21.810,0	22.147,8
Certificados de Privatização	39,2	39,2	40,2	40,2	40,3	40,4	40,5	40,5	40,6	26,7	8,0	8,1	7,7
TDA	2.291,2	2.276,5	2.224,5	2.244,0	2.245,4	2.217,4	2.206,7	2.193,8	2.215,5	2.158,7	2.157,0	2.080,1	2.099,8
LTN	51.191,1	48.806,7	48.039,9	47.389,4	56.897,2	61.907,9	61.006,2	56.249,0	51.746,4	48.187,3	43.031,1	41.016,9	27.862,5
LFT	266.019,8	275.243,1	279.676,2	277.993,1	260.294,3	265.366,0	268.387,8	270.183,2	298.070,4	295.315,3	304.292,9	303.789,9	325.000,7
LFT-A	20.935,2	20.960,6	21.148,4	21.276,7	21.430,3	21.608,7	21.758,4	21.903,4	22.041,9	22.216,8	22.368,9	20.152,6	18.444,4
LFT-B	29.989,8	29.953,5	29.619,2	29.639,1	29.842,8	29.873,9	29.909,3	29.879,4	29.845,2	22.405,4	13.660,8	13.665,2	13.528,3
NTN-A	11.447,7	10.713,7	11.307,8	10.944,7	10.842,8	10.790,0	11.578,0	12.990,4	15.890,9	14.080,5	18.162,3	16.635,4	16.663,5
NTN-B	-	-	8.156,9	8.404,4	9.275,6	9.403,4	9.514,7	9.588,1	9.694,9	9.905,3	10.072,6	10.237,8	10.189,4
NTN-C	25.961,4	26.781,6	26.836,1	30.746,9	30.922,8	33.589,0	34.753,6	35.920,9	36.651,3	38.412,9	40.515,6	44.888,8	54.934,2
NTN-D	37.820,0	39.204,3	40.709,8	47.277,5	50.921,8	53.710,2	56.073,2	61.936,2	67.138,5	58.089,5	68.963,3	58.734,3	49.128,6
NTN-H	1.286,1	212,6	213,5	173,4	173,7	160,6	161,0	161,3	161,6	162,1	162,4	162,9	163,4
NTN-I	1.926,3	1.260,5	1.513,9	1.415,8	1.381,5	1.398,3	1.514,0	1.709,2	2.005,8	1.729,2	1.813,2	1.664,6	1.902,6
NTN-P	11.942,4	12.103,0	4.595,7	4.622,8	4.654,1	4.687,7	4.728,5	4.758,0	2.340,4	2.358,2	2.373,8	2.392,2	2.410,4
CFT-A	11.928,3	11.945,5	11.938,6	11.242,7	11.228,9	11.220,3	11.244,0	11.295,6	11.460,6	11.765,6	11.974,5	12.181,2	12.660,9
CFT-D	2.705,0	1.836,2	1.655,8	1.614,9	1.614,1	2.304,7	2.506,7	2.760,3	3.042,1	3.149,0	3.445,8	3.826,1	3.716,6
Demais	2.320,3	6.920,1	7.081,2	3.991,9	4.015,1	2.277,0	2.393,0	2.432,8	2.925,8	3.158,3	3.492,7	3.445,1	3.516,0
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>185.442,7</b>	<b>184.285,2</b>	<b>183.390,6</b>	<b>188.741,5</b>	<b>195.354,0</b>	<b>198.004,9</b>	<b>206.932,5</b>	<b>214.242,6</b>	<b>228.630,1</b>	<b>243.843,3</b>	<b>262.377,6</b>	<b>264.469,8</b>	<b>267.847,0</b>
LTN	25.699,9	27.962,0	25.193,8	23.222,7	24.848,0	54.442,5	55.521,0	57.109,4	63.100,0	62.334,0	65.048,6	68.406,5	57.491,8
LFT	46.401,8	46.499,7	47.217,5	47.810,9	53.093,8	54.751,1	57.791,5	57.637,5	62.017,3	101.613,3	102.733,8	106.059,9	121.600,7
LFT-A	63.023,2	63.437,0	63.939,9	64.555,7	64.655,8	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	1.702,1	1.836,1	2.072,1	1.869,9	1.683,1	1.715,6	-	-	-	-	-	-	-
NTN-D	47.999,4	43.933,4	44.349,0	50.664,2	50.455,0	87.091,0	93.615,3	99.490,9	103.508,0	76.030,5	90.648,2	85.266,7	84.013,0
Demais	616,2	616,9	618,4	618,0	618,3	4,7	4,7	4,8	4,8	3.865,5	3.947,1	4.736,7	4.741,4
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>41,8%</b>	<b>42,5%</b>	<b>42,9%</b>	<b>43,4%</b>	<b>42,8%</b>	<b>43,8%</b>	<b>43,9%</b>	<b>44,2%</b>	<b>46,5%</b>	<b>44,3%</b>	<b>44,8%</b>	<b>43,1%</b>	<b>43,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Nov/2001	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2002
<b>I. INTERNA</b>	<b>-86.588,2</b>	<b>-87.316,1</b>	<b>-89.598,3</b>	<b>-90.682,0</b>	<b>-92.110,1</b>	<b>-93.046,8</b>	<b>-94.351,2</b>	<b>-95.200,3</b>	<b>-98.067,7</b>	<b>-99.480,4</b>	<b>-101.364,7</b>	<b>-103.395,8</b>	<b>-108.902,7</b>
Dívida contratual	620,4	581,9	597,8	585,3	579,1	585,7	619,1	674,1	785,2	707,8	872,1	813,9	812,9
FAT	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.392,2	-78.749,4
Aplicações financeiras	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2	-2.206,9	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1
Fundos Regionais	-15.859,5	-16.091,8	-16.362,8	-16.842,7	-17.202,5	-17.514,5	-17.883,8	-18.281,0	-18.625,2	-18.916,2	-19.223,5	-19.674,0	-20.026,9
Demais	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0	-6.299,0	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0	-7.609,2
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-1.119,7</b>	<b>-983,7</b>	<b>-963,0</b>	<b>-974,7</b>	<b>-949,4</b>	<b>-942,8</b>	<b>-989,7</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.182,6</b>	<b>-1.126,4</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>
Disponibilidades	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-87.707,9</b>	<b>-88.299,8</b>	<b>-90.561,4</b>	<b>-91.656,7</b>	<b>-93.059,5</b>	<b>-93.989,6</b>	<b>-95.340,9</b>	<b>-96.204,9</b>	<b>-99.137,6</b>	<b>-100.662,9</b>	<b>-102.491,1</b>	<b>-104.499,1</b>	<b>-110.151,2</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-7,4%</b>	<b>-7,4%</b>	<b>-7,6%</b>	<b>-7,6%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,1%</b>	<b>-8,1%</b>	<b>-8,5%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

## COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação (FPM e FPE), apresentaram em novembro decréscimo de 12,3 %, em relação aos valores creditados em outubro. Inicialmente, esperava-se uma queda de 19%, porém com os incentivos da S.R.F., concedendo a anistia de multas no pagamento de tributos em atraso, a queda não foi tão acentuada. Mesmo em se tratando de uma queda em relação a outubro os valores distribuídos podem ser consideradas excelentes, se comparadas com o mês de novembro de 2001 (+30,7%).

Até este mês os valores transferidos já superaram os repasses ocorridos em todo o exercício de 2001, com um crescimento nominal de 13%. Em relação ao mesmo período de 2001, o crescimento nominal chega a 25,8%. Esse bom desempenho poderia ter sido ainda melhor, caso se confirmasse a previsão de arrecadação do IPI, que ficou aquém do esperado.

Com vistas ao cumprimento do disposto na Portaria nº 447, de 13 de setembro de 2002-DOU de 18/09/2002, informamos que o repasse dos Fundos de Participação a ser creditado no dia 10 de janeiro de 2003 deve ser contabilizado como receita do exercício de 2003.

## DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/02 OUT/02	NOV/02 NOV/01	JAN A NOV/02 JAN A NOV/01
2001	1.460,8	1.405,5	15.879,3	-	-	-
2002	1.909,0	2.176,5	19.976,6	-12,3%	+30,7%	+25,8%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/02 OUT/02	NOV/02 NOV/01	JAN A NOV/02 JAN A NOV/01
2001	1.395,9	1.343,0	15.173,6	-	-	-
2002	1.824,2	2.079,7	19.088,8	-12,3%	+30,7%	+25,8%

(\*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério -FUNDEF

## PREVISTO X REALIZADO

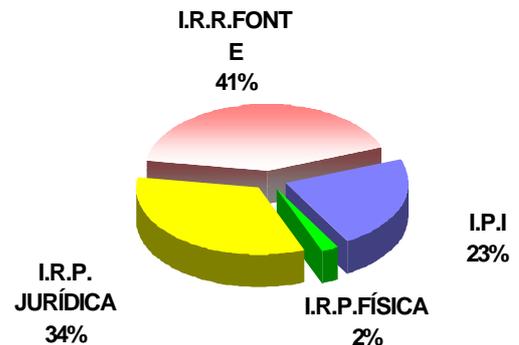
De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **novembro** foram efetuados nas seguintes datas: **08/11, 20/11 e 29/11**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
NOV	-19,0 %	-12,3%	-19,0 %	-12,3 %	+5,0 %	+1,0 %

## COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **novembro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

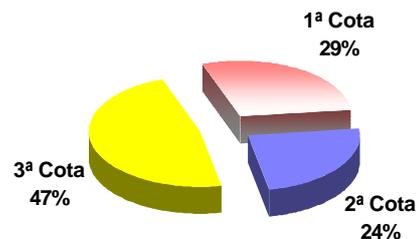
### BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



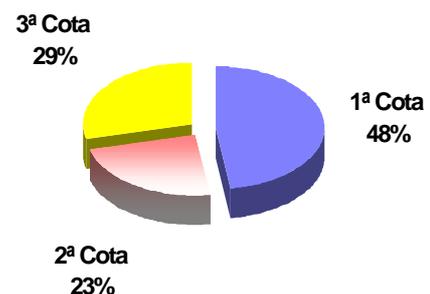
### DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

### FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



### IPI-EXP



## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de outubro a 20 de novembro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Out	522,0	4.000,1	4.522,1						
<b>NOV/2002</b>	<b>1.579,6</b>	<b>5.948,5</b>	<b>7.528,1</b>	<b>NOV/2002</b>	<b>8.484,6</b>	<b>1.550,6</b>	<b>1.622,7</b>	<b>140,0</b>	<b>584,7</b>
1º Dec./Nov.	755,8	1.400,1	2.156,0	3º Dec./Out.	4.522,1	826,4	864,9	44,4	306,3
2º Dec./Nov.	368,6	1.437,8	1.806,5	1º Dec./Nov.	2.156,0	394,0	412,3	64,2	153,6
3º Dec./Nov.	455,1	3.110,5	3.565,7	2º Dec./Nov.	1.806,5	330,1	345,5	31,3	124,8

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.930,07	53.044,54	14,16	10.984,18
AL	38.532,51	64.504,71	137,46	18.622,42
AM	22.700,44	43.266,73	3.969,18	12.839,68
AP	6.145,84	52.904,99	32,21	10.627,25
BA	147.110,45	145.693,40	8.191,59	65.181,82
CE	82.393,88	113.762,79	1.656,41	35.712,94
DF	3.914,63	10.701,94	3,13	2.980,03
ES	28.823,71	23.258,35	6.240,98	12.398,71
GO	60.651,48	44.083,87	979,63	19.315,03
MA	65.526,28	111.922,28	1.674,08	41.170,26
MG	211.276,47	69.069,54	18.180,57	59.056,79
MS	24.305,74	20.653,41	836,93	8.691,67
MT	30.930,71	35.785,30	765,26	12.867,39
PA	58.864,80	94.770,02	6.711,81	34.668,36
PB	52.398,75	74.254,61	354,63	22.555,21
PE	83.614,31	106.991,51	912,44	32.450,03
PI	40.222,38	67.005,75	164,22	20.737,14
PR	110.030,41	44.705,65	15.123,98	34.956,86
RJ	48.201,12	23.687,85	8.903,54	17.155,28
RN	40.195,11	64.780,70	434,35	18.780,71
RO	14.658,73	43.657,47	154,55	10.441,58
RR	7.746,64	38.464,66	10,36	8.175,65
RS	109.963,50	36.512,51	23.192,38	34.876,75
SC	63.916,95	19.844,02	13.203,65	18.885,78
SE	23.423,93	64.430,28	94,11	15.644,05
SP	215.831,29	15.505,57	27.990,44	60.358,94
TO	24.716,35	67.294,16	20,15	16.279,60
<b>TOTAL</b>	<b>1.625.026,48</b>	<b>1.550.556,60</b>	<b>139.952,20</b>	<b>656.414,11</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Dez/Nov	Jan/Dez	Fev/Jan
FPM	-5,0 %	+1,0 %	0,0 %
FPE	-5,0 %	+1,0 %	0,0 %
IPI-EXP	+4,5 %	-6,0 %	0,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan/2002	21/02/02	Jun/2002	31/07/02
Fev/2002	27/03/02	Jul/2002	21/08/02
Mar/2002	29/04/02	Ago/2002	24/09/02
Abr/2002	28/05/02	Set/2002	28/10/02
Mai/2002	21/06/02	Out/2002	26/11/02

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

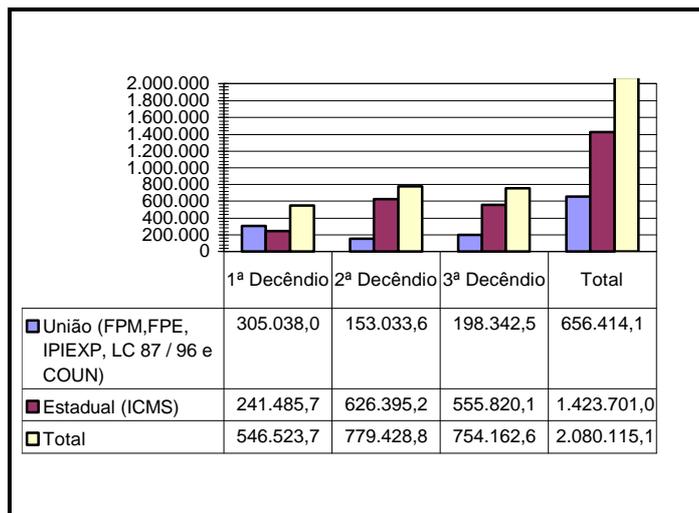
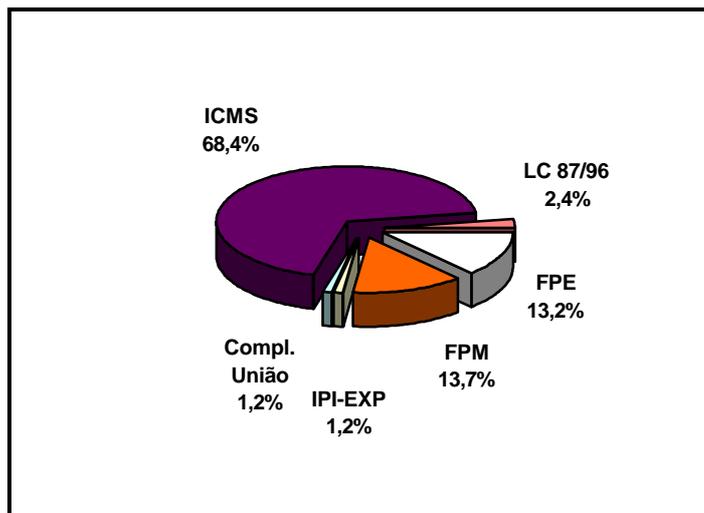
Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: stncofin@fazenda.gov.br



**FUNDEF BRASIL POR ORIGEM**
**FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO**

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


**DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - NOVEMBRO/2002 (EM R\$ MIL)**

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	138.714	9.360,8	1.575,9	2,5	0,0	45,0	2.904,8	13.888,9	100,1	988,6
AL	675.161	11.383,2	6.799,8	24,3	0,0	415,1	8.384,1	27.006,5	40,0	421,9
AM	666.430	7.635,3	4.006,0	700,4	0,0	498,0	30.929,8	43.769,4	65,7	602,5
AP	119.101	9.336,2	1.084,6	5,7	0,0	200,8	2.244,5	12.871,8	108,1	1.108,9
BA	3.523.271	25.710,6	25.960,6	1.445,6	10.228,7	1.836,3	78.971,8	144.153,6	40,9	390,7
CE	1.659.062	20.075,8	14.540,1	292,3	0,0	804,8	34.003,6	69.716,5	42,0	424,8
DF(2)	311.758	1.888,6	690,8	0,6	0,0	400,1	0,0	2.980,0	9,6	100,7
ES	521.063	4.104,4	5.086,5	1.101,3	0,0	2.106,4	23.586,3	35.985,0	69,1	734,5
GO	998.390	7.779,5	10.703,2	172,9	0,0	659,5	37.915,6	57.230,6	57,3	605,4
MA	1.531.967	19.751,0	11.563,5	295,4	8.730,9	829,5	15.394,5	56.564,8	36,9	379,4
MG	3.325.229	12.188,7	37.284,1	3.208,3	0,0	6.375,7	131.765,1	190.821,9	57,4	580,0
MS	427.869	3.644,7	4.289,2	147,7	0,0	610,0	18.976,7	27.668,4	64,7	644,6
MT	562.866	6.315,1	5.458,4	135,0	0,0	958,9	24.238,0	37.105,4	65,9	720,7
PA	1.543.112	16.724,1	10.387,9	1.184,4	4.215,9	2.156,0	13.291,9	47.960,3	31,1	382,6
PB	796.203	13.103,8	9.246,8	62,6	0,0	142,0	10.124,2	32.679,4	41,0	455,3
PE	1.578.289	18.880,9	12.742,0	161,0	0,0	666,2	32.619,8	65.069,8	41,2	435,2
PI	745.608	11.824,5	7.098,1	29,0	1.636,5	149,0	8.245,5	28.982,6	38,9	394,5
PR	1.570.158	7.889,2	19.417,1	2.668,9	0,0	4.981,6	83.582,8	118.539,7	75,5	731,4
RJ	2.008.532	4.180,2	8.506,1	1.571,2	0,0	2.897,8	131.273,1	148.428,4	73,9	788,6
RN	579.231	11.431,9	7.093,2	76,7	0,0	178,9	14.497,0	33.277,8	57,5	574,1
RO	299.212	7.704,3	2.586,8	27,3	0,0	123,2	8.781,6	19.223,2	64,2	639,0
RR	72.178	6.787,9	1.367,1	1,8	0,0	18,9	2.068,7	10.244,4	141,9	1.418,2
RS	1.580.781	6.443,4	19.378,5	4.092,8	0,0	4.962,1	91.952,9	126.829,7	80,2	897,2
SC	890.468	3.501,9	11.279,4	2.330,1	0,0	1.774,4	52.285,3	71.171,1	79,9	811,8
SE	393.510	11.370,0	4.133,6	16,6	0,0	123,8	10.247,6	25.891,7	65,8	652,3
SP	5.347.539	2.736,3	37.362,5	4.939,5	0,0	15.320,6	549.586,3	609.945,2	114,1	1.063,9
TO	286.388	11.875,4	4.361,7	3,6	0,0	38,9	5.829,5	22.109,1	77,2	789,1
<b>Total</b>	<b>32.152.090</b>	<b>273.627,6</b>	<b>284.003,5</b>	<b>24.697,4</b>	<b>24.812,0</b>	<b>49.273,5</b>	<b>1.423.701,0</b>	<b>2.080.115,1</b>	<b>64,7</b>	<b>648,1</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.